

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Reformas num contexto
de grandes expectativas

OUT
2024



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Reformas num contexto
de grandes expectativas

OUT
2024



Copyright ©2024 International Monetary Fund

Cataloging-in-Publication Data

IMF Library

Edição portuguesa

Departamento de Serviços Institucionais e Instalações do FMI

Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : reforms amid great expectations.

Other titles: Sub-Saharan Africa : reforms amid great expectations. | Reforms amid great expectations. | Regional economic outlook : Sub-Saharan Africa.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2024. | Oct. 2024. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9798400287060 (English paper)
9798400292705 (Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R44 2024

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.



Os pedidos de publicação podem ser feitos online ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090, U.S.A.

T. +(1) 202.623.7430

F. +(1) 202.623.7201

publications@IMF.org

IMFbookstore.org

elibrary.IMF.org

Todas as edições de *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* podem ser consultadas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Contents

Agradecimentos	v
Grupos de países	vi
Pressupostos e convenções	vii
Resumo	viii
Reformas num contexto de grandes expectativas	1
As reformas em curso estão a dar frutos, mas persistem vulnerabilidades macroeconómicas.....	2
As perspectivas económicas estão a melhorar gradualmente com os ajustamentos, mas pairam vários riscos..	6
Traçar a rota a seguir: Escolhas difíceis, mas a inação não é opção.....	9
Referências	18
Apêndice estatístico	20

QUADROS

África Subsariana: grupos de países	vi
África Subsariana: países membros de grupos regionais.....	vi
África Subsariana: abreviaturas dos países	vii

FIGURAS

Figura 1. África Subsariana: Inflação global, 2015-2024	2
Figura 2. África Subsariana: Dívida pública, 2000-2025	2
Figura 3. África Subsariana: Diferenciais das obrigações soberanas e emissões de Eurobonds	3
Figura 4. África Subsariana: Inflação, 2024.....	3
Figura 5. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2024	4
Figura 6. África Subsariana: Fluxos de financiamento externo do setor público	5
Figura 7. A África Subsariana é afetada de forma desproporcionada pela fragilidade política	5
Figura 8. África Subsariana: Níveis medianos de preços, 2019-2024	5
Figura 9. Regiões selecionadas: PIB <i>per capita</i> em PPC, em relação às economias avançadas, 2000-2029.....	6
Figura 10. Regiões selecionadas: Resultados orçamentais em anos pós-eleitorais	7
Figura 11. África Subsariana: Taxa de juro de política monetária.....	9
Figura 12. Regiões selecionadas: Efeitos do sistema fiscal e de transferências na redução da desigualdade ...	11
Figura 13. Utilização pelo Governo dos impostos para o bem-estar dos cidadãos	13

CAIXAS

Caixa. Agitação social na África Subsariana: causas e efeitos	15
Figura 1 da caixa. Regiões selecionadas: Perceções da exclusão social	15
Figura 2 da caixa. África Subsariana: Perceções de corrupção e eficácia do governo	16
Figura 3 da caixa. África Subsariana: Fatores na origem da agitação social e dos golpes de Estado.....	17

QUADROS ESTÁTICOS

AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor.....	22
AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	23
AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	24
AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas.....	25

Agradecimentos

A edição de outubro de 2024 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Reformas num contexto de grandes expectativas* foi elaborada por Antonio David, Michele Fornino, Cleary Haines, Athene Laws e Nikola Spatafora, com contributos de Aliona Cebotari, Yoro Diallo e Luc Tucker, sob a supervisão de Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

Três notas acompanham a edição de outubro de 2024 do relatório:

A nota intitulada “O tempo está a contar: Superar o desafio urgente da criação de empregos na África Subsariana” do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada por Wenjie Chen, Khushboo Khandelwal, Athene Laws, Faten Saliba, Can Sever e Luc Tucker.

A nota intitulada “Uma região, duas trajetórias: Divergências na África Subsariana” do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada por Saad Quayyum, Nikola Spatafora, Sanghamitra Mukherjee e Hamza Mighri, com contributos de Youssef Kiendrebeogo, Sotima Jocelyn Koussere e Ke Wang.

A nota intitulada “Criar condições equitativas: Igualdade de género e desenvolvimento económico na África Subsariana” do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada por Lisa Kolovich, Vivian Malta, Monique Newiak e Usama Zafar

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

Grupos de países

África Subsariana: grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burkina Faso	Burkina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Eritreia	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Libéria	Etiópia	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Mali	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Namíbia	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Mali
	Níger	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Gana	Maláui	Níger
	Rep. Dem. do Congo	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Serra Leoa	Maurícia	Lesoto	Moçambique	Rep. Centro-Africana
	Tanzânia	Moçambique	Maurícia	Níger	Rep. Dem do Congo
	Zâmbia	Quénia	Namíbia	Rep. Centro-Africana	Rep. do Congo
	Zimbabué	Ruanda	Nigéria	Rep. Dem. do Congo	São Tomé e Príncipe
		São Tomé e Príncipe	Quénia	Ruanda	Sudão do Sul
		Seicheles	Rep. do Congo	Serra Leoa	Zimbabué
		Senegal	São Tomé e Príncipe	Sudão do Sul	
		Togo	Seicheles	Tanzânia	
		Uganda	Senegal	Togo	
			Zâmbia	Uganda	
				Zimbabué	

¹ Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations, FY2025*.

África Subsariana: países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental ¹ (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Rep. Dem. do Congo	Angola	Botsuana	Cabo Verde
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Quénia	Botsuana	Essuatíni	Côte d'Ivoire
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Ruanda	Comores	Lesoto	Gâmbia
Mali	República	Etiópia	*Somália	Essuatíni	Namíbia	Gana
Níger	Centro-Africana	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Guiné
Senegal	República do Congo	Maláui	*Tanzânia	Madagáscar		Guiné-Bissau
Togo		Maurícia	*Uganda	Maláui		Libéria
		Quénia		Maurícia		Nigéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Senegal
		Ruanda		Namíbia		Serra Leoa
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Togo
		Uganda		do Congo		
		Zâmbia		Seicheles		
		Zimbabué		Tanzânia		
				Zâmbia		
				Zimbabué		

¹ O Burkina Faso, o Mali e o Níger anunciaram a sua retirada da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a 28 de janeiro de 2024.

Pressupostos e convenções

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

Nos quadros, a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.

O sinal (-) entre anos ou meses (por exemplo, 2011–2012 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2011/2012) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2012).

“Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a quarto de 1 ponto percentual).

Nesta publicação, o termo “país” não se refere necessariamente a uma entidade territorial que constitui um Estado, tal como definido pelo direito e práticas internacionais. O termo também pode ser utilizado para algumas entidades territoriais que não são Estados, mas cujas estatísticas são compiladas separadamente e de forma independente.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas no mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Fundo Monetário Internacional sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

África Subsariana: abreviaturas dos países

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícia	SYC	Seicheles
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quénia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabué
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Resumo

A África Subsariana atravessa um período económico complexo, marcado tanto por progressos como por vulnerabilidades macroeconómicas persistentes. **A maior parte dos países da região está a tentar implementar reformas difíceis, mas essenciais, para restabelecer a estabilidade macroeconómica** na sequência de repetidos choques negativos e da conseqüente necessidade de apoio.

De modo geral, os desequilíbrios internos e externos já começaram a diminuir, devido sobretudo a ajustamentos das políticas, embora o panorama seja heterogéneo, uma vez que cerca de metade dos países da região ainda apresentam desequilíbrios elevados. A contração monetária refreou a inflação, que se encontra dentro da meta em cerca de metade dos países da região. Uma consolidação orçamental significativa estabilizou o rácio dívida/PIB médio, se bem que a um nível elevado. As posições externas foram reforçadas, com uma redução dos diferenciais das obrigações soberanas e um regresso de mais países aos mercados de Eurobonds. No entanto, continua a haver desafios. A inflação continua nos dois dígitos em quase um terço dos países. A capacidade de serviço da dívida é baixa e os crescentes encargos com o serviço da dívida estão a reduzir os recursos disponíveis para despesas de desenvolvimento. As reservas cambiais são muitas vezes insuficientes, e persistem preocupações quanto à sobrevalorização cambial e à competitividade.

Ao tentar reduzir estes desequilíbrios, **os decisores de políticas deparam-se com três grandes obstáculos.** Em primeiro lugar, **o crescimento regional, projetado em 3,6% em 2024, é globalmente ténue e desigual,** embora se espere que recupere moderadamente no próximo ano. Os países ricos em recursos naturais continuam a crescer a cerca de metade do ritmo do resto da região, sendo os países exportadores de petróleo os que apresentam pior desempenho. Os fatores que entram o crescimento são, entre outros, os conflitos, a insegurança, a seca e a falta de eletricidade. Em segundo lugar, **as condições de financiamento interno e externo continuam a ser muito restritivas,** havendo vários países que não conseguem aceder a financiamento ou comportar os respetivos custos. Em terceiro lugar, as pressões subjacentes e complexas ligadas aos elevados níveis de pobreza, à falta de inclusão e de oportunidades de emprego, e a uma governação insuficiente, agravadas pelo aumento rápido do custo de vida e pelos efeitos a curto prazo dos ajustamentos macroeconómicos, estão a provocar dificuldades significativas em vários países. **A frustração social e as pressões políticas daí resultantes dificultam cada vez mais a implementação de reformas.**

Os governos deparam-se com um difícil ato de equilibrismo, que consiste em reduzir as vulnerabilidades macroeconómicas e, ao mesmo tempo, dar resposta às necessidades de desenvolvimento e assegurar que as reformas são aceitáveis do ponto de vista social e político. Os países com desequilíbrios elevados terão de implementar ajustamentos avultados e concentrados na fase inicial dos programas, devido à restritividade das condições de financiamento. No entanto, há vários países com desequilíbrios mais moderados que poderão estar em posição de proceder a ajustamentos menores e mais graduais. Todavia, mesmo os países com desequilíbrios relativamente baixos (cerca de um quinto do total) precisam de ter em atenção a necessidade de reconstituir reservas orçamentais e externas, na medida que as condições o permitam.

É essencial proteger os mais vulneráveis dos custos associados aos ajustamentos e assegurar que as reformas geram empregos suficientes para mobilizar o apoio público. A implementação de estratégias de comunicação e de consulta bem concebidas, a elaboração adequada de reformas e a melhoria da governação, a fim de restaurar a confiança do público, também ajudarão a facilitar o trabalho dos decisores de políticas. Embora seja difícil, a implementação de estratégias de reforma que promovam um crescimento mais sustentável e inclusivo, nomeadamente através da melhoria da diversificação económica e das oportunidades económicas para as mulheres, reduzirá não só as vulnerabilidades como também a frustração social.

Reformas num contexto de grandes expectativas

Os países da África Subariana estão a tentar implementar reformas difíceis, mas essenciais, para restabelecer a estabilidade macroeconómica. De modo geral, os desequilíbrios internos e externos já começaram a diminuir, devido sobretudo a ajustamentos das políticas, mas o panorama é heterogéneo. Ao tentar reduzir estes desequilíbrios, os decisores de políticas deparam-se com três grandes obstáculos. Em primeiro lugar, o crescimento regional, projetado em 3,6% em 2024, é globalmente ténue e desigual, embora se espere que recupere moderadamente no próximo ano. Em segundo lugar, as condições de financiamento interno e externo continuam a ser restritivas. Em terceiro lugar, a complexa interação entre a pobreza, a falta de oportunidades e a fraca governação, agravada pelo aumento rápido do custo de vida e pelas dificuldades a curto prazo dos ajustamentos macroeconómicos, está a alimentar a frustração social e as pressões políticas, dificultando cada vez mais a implementação de reformas. Os decisores de políticas deparam-se com um difícil ato de equilíbrio, que consiste em assegurar a estabilidade macroeconómica e, ao mesmo tempo, tentar dar resposta às necessidades de desenvolvimento e assegurar que as reformas são aceitáveis do ponto de vista social. Proteger os mais vulneráveis dos custos dos ajustamentos e assegurar que as reformas gerem empregos suficientes será essencial para mobilizar o apoio público. A implementação de estratégias de comunicação e de consulta bem concebidas, a criação de reformas adequadas e a melhoria da governação, a fim de restaurar a confiança do público, também ajudarão a facilitar o trabalho dos decisores de políticas.

Os decisores de políticas deparam-se com um difícil ato de equilíbrio na África Subariana



As reformas em curso estão a dar frutos, mas persistem vulnerabilidades macroeconómicas

Os ajustamentos das políticas ajudaram a reduzir os desequilíbrios internos e externos.¹

Os decisores de políticas aumentaram a restritividade da política monetária para travar a inflação. Consequentemente, a inflação está a baixar na maioria dos países da região (Figura 1). Em cerca de metade dos países, a inflação encontra-se já abaixo ou dentro do intervalo-alvo. Os esforços de consolidação orçamental estão a ajudar a reconstituir reservas e a assegurar a sustentabilidade da dívida. Mais de dois terços dos países consolidaram as suas contas orçamentais em 2023, tendo o défice orçamental primário mediano diminuído 1,3 pontos percentuais do PIB (incluindo melhorias notáveis em Côte d'Ivoire, no Gana e na Zâmbia, entre outros). Espera-se este ano uma redução adicional dos défices orçamentais medianos de 0,4 pontos percentuais do PIB. O rácio dívida/PIB (mediano) já não está a subir, embora continue elevado a 58% (Figura 2).

Figura 1. África Subsariana: Inflação global, 2015-2024

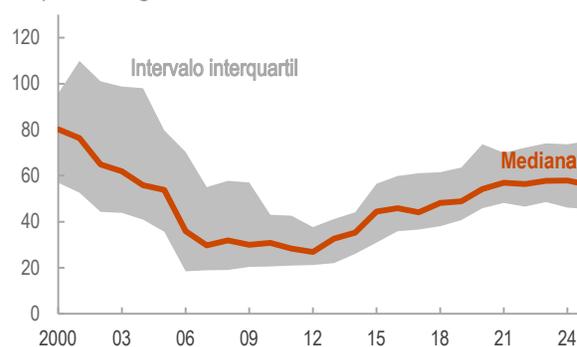
(em percentagem, em termos homólogos)



Fontes: Autoridades dos países; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2. África Subsariana: Dívida pública, 2000-2025

(em percentagem do PIB)



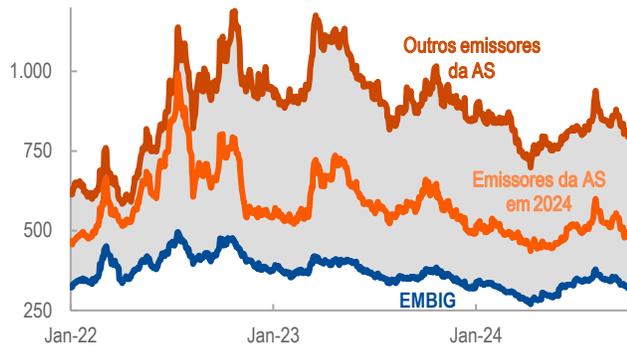
Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Os esforços de ajustamento também ajudaram a reforçar as posições externas. Os diferenciais das obrigações soberanas baixaram significativamente desde o seu ponto mais alto, em meados de 2022, em parte em reação à flexibilização das condições financeiras a nível mundial, e apesar dos recentes aumentos sofridos durante as perturbações de julho e agosto nos mercados financeiros mundiais (Figura 3.1). Além disso, mais países da África Subsariana regressaram ao mercado de Eurobonds ao longo do ano, incluindo os Camarões, em julho (Figura 3.2). Os dados indicam que os países com fundamentos mais sólidos, incluindo estabilidade monetária e orçamental, e instituições mais robustas (como Côte d'Ivoire e a África do Sul) têm demonstrado maior resiliência face a choques no financiamento externo (edição de abril de 2024 do relatório [Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana](#), Caixa 1; edição de outubro de 2024 do *Fiscal Monitor*, Anexo 1.2). Além disso, de modo geral, as pressões cambiais têm afrouxado desde o final de 2023. O défice da conta corrente mediano deverá baixar 0,7 pontos percentuais do PIB em 2024, em parte devido aos esforços de consolidação orçamental.

¹ Desequilíbrios referem-se a desajustes numa economia passíveis de provocar instabilidade e de agravar a vulnerabilidade dessa economia a choques. Os desequilíbrios internos incluem défices orçamentais excessivos ou desvios persistentes em relação à meta de inflação; os desequilíbrios externos incluem défices excessivos da conta corrente ou taxas de câmbio sobrevalorizadas.

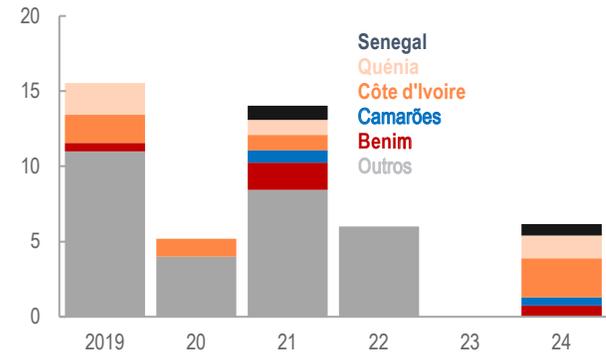
Figura 3. África Subariana: Diferenciais das obrigações soberanas e emissões de Eurobonds

1. Diferenciais das obrigações soberanas 2022-2024 (ponts base)



Fontes: Bloomberg Finance, L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.
 Nota: outros emissores da AS = África do Sul, Angola, Gabão, Gana, Moçambique, Namíbia, Nigéria; emissores da AS em 2024 = Benim, Côte d'Ivoire, Quênia e Senegal, excluindo os Camarões devido à falta de dados; AS = África Subariana, EMBIG = Índice mundial das obrigações dos mercados emergentes.

2. Emissões de Eurobonds, 2019-2024 (em mil milhões de USD)



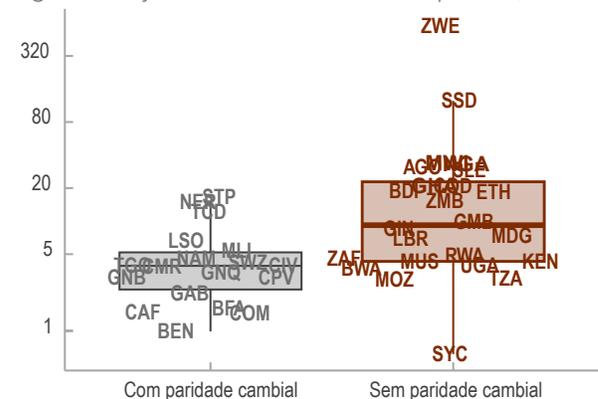
Fonte: Bloomberg Finance L.P.
 Nota: não houve emissões em 2023.

No entanto, continuam a verificar-se vulnerabilidades macroeconómicas, embora em graus diferentes, na maioria dos países.

Em grande parte da região, a luta para estabilizar os preços ainda não acabou, as finanças públicas ainda não estão sólidas e as reservas cambiais são, em muitos casos, insuficientes. A inflação continua nos dois dígitos em quase um terço dos países, incluindo em Angola, na Etiópia e na Nigéria, e acima da meta de inflação em cerca de metade da região, especialmente nos países em que a política monetária não está ancorada por regimes de paridade cambial (Figura 4). Em mais de um terço dos países, o défice continua a exceder o nível compatível com a estabilização da dívida. A capacidade de serviço da dívida continua baixa, em comparação com os níveis históricos.² Em quase um quarto dos países, os pagamentos de juros excedem 20% das receitas, um limiar que, estatisticamente, está associado a elevadas probabilidades de esforço orçamental (David et al. 2023). Além disso, os crescentes encargos com o serviço da dívida já estão a ter um impacto significativo nos recursos disponíveis para despesas em prol do desenvolvimento.³ Um terço dos países detém reservas inferiores a três meses de importações e cerca de quatro quintos têm reservas inferiores a cinco meses de importações. Estes níveis de reserva são insuficientes para proporcionar uma margem adequada contra choques futuros. Em grande parte da região, persistem as preocupações com uma potencial sobrevalorização cambial e com a competitividade.⁴

Figura 4. África Subariana: Inflação, 2024

(em percentagem, em termos homólogos, escala logarítmica, julho de 2024 ou última disponível)



Fontes: Autoridades dos países; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.
 Nota: os códigos de país utilizados na figura provêm da Organização Internacional de Normalização (ISO).

² O rácio mediano de pagamentos de juros/receitas (excluindo donativos) situa-se atualmente em 12%.

³ Em países em que o orçamento da educação tem de aumentar pelo menos um ponto percentual do PIB até 2030, para cumprir a meta do acesso universal à educação (nota "Formar a mão de obra do futuro: Educação, oportunidades e o dividendo demográfico da África", do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, abril de 2024), cerca de três quartos já sofreram um aumento dos pagamentos de juros (face às receitas) desde o início da década de 2010 (comparando a média de 2010-2014 com a de 2019-2024). Em Angola, Gana, Nigéria e Zâmbia, só esse aumento nos pagamentos de juros absorveu uma proporção enorme, de 15%, do total das receitas.

⁴ Nos últimos cinco anos, cerca de metade dos países registou valorizações reais superiores a 5%, enquanto um terço teve valorizações superiores a 10%.

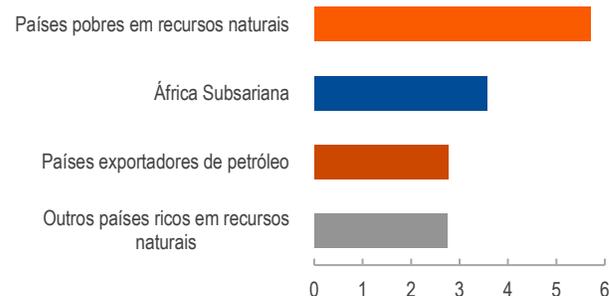
Após uma série de choques negativos, incluindo a pandemia de COVID-19 e as repercussões da guerra na Ucrânia, **continuam a existir desequilíbrios internos e externos, embora em diferentes graus**, na maioria dos países da região. **Cerca de metade dos países revela desequilíbrios macroeconómicos elevados** em termos da estabilidade de preços ou das suas posições orçamentais ou externas, e menos de um quinto regista desequilíbrios baixos.⁵ Existem também interações significativas entre os diferentes desequilíbrios. Em grande medida, as posições orçamentais impulsionam os desequilíbrios em geral.⁶ Além disso, as fragilidades do setor externo podem provocar depreciações, influenciando a dinâmica da inflação.

Ao combater estas vulnerabilidades, os decisores de políticas enfrentam três principais obstáculos.

Em primeiro lugar, **o crescimento continua a ser, geralmente, ténue e desigual**. Projeta-se um crescimento regional de 3,6% em 2024, o mesmo do que em 2023. Os países ricos em recursos naturais continuam a crescer a um ritmo que corresponde à metade do dos outros países da região, sendo os países exportadores de petróleo os que apresentam o pior crescimento (Figura 5); as fraquezas estruturais no ambiente de negócios e na governação entravaram os seus esforços de diversificação subsequentes à queda dos preços das matérias-primas que se verificou após 2015 (nota [“Uma região, duas trajetórias: Divergências na África Subsariana”](#), edição de outubro de 2024 de *Perspetivas Económicas Regionais*). Entre os outros fatores que travam o crescimento da região contam-se os conflitos e a insegurança (especialmente no Sahel); o impacto da seca na agricultura (Maláui, Zâmbia e Zimbabué) e na produção de energia hidroelétrica; falta generalizada de eletricidade (Guiné, Madagáscar, Mali e República Centro-Africana); e a restritividade das políticas macroeconómicas.

Figura 5. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2024

(em percentagem)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Em segundo lugar, **as condições de financiamento internas e externas mantêm-se restritivas**. Continua a verificar-se uma contração do financiamento. Muitos países continuam sem conseguir aceder a financiamento ou suportar os seus custos. A rendibilidade da emissão de Eurobonds permanece acima dos níveis observados antes da pandemia, variando entre 7,6% e 10,7% para os instrumentos emitidos este ano, em comparação com uma média ponderada de 6,75% durante 2015-2019. A fragmentação geopolítica também gera novos obstáculos à ajuda externa, que já exibiu uma tendência decrescente (em percentagem do PIB dos países beneficiários), mais notoriamente no Sahel, em que os parceiros para o desenvolvimento tradicionais têm estado relutantes em retomar plenamente as suas atividades após a ocorrência de golpes de Estado. No Fórum de Cooperação China-África de setembro de 2024, a China prometeu disponibilizar à África (incluindo o Norte de África) 51 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, o que equivale a cerca de 2,5% do PIB da região, nos próximos três anos. No entanto, de forma geral, espera-se que os pagamentos do capital e dos juros da dívida aumentem em percentagem do PIB, tanto em 2024 como em 2025. Assim sendo, para, pelo menos, estabilizar os fluxos externos líquidos, os fluxos de entrada teriam também de aumentar (Figura 6). Além disso, o mercado da dívida interna em muitos países está saturado (verificando-se, por exemplo, leilões abandonados ou com procura insuficiente). O necessário aumento da restritividade da política monetária também gerou uma subida das taxas de juro passivas internas para o setor privado, pesando sobre a atividade e o investimento. A taxa de juro ativa preferencial

⁵ “Desequilíbrios elevados” são definidos como: i) défices orçamentais superiores a dois pontos percentuais em relação ao nível compatível com a estabilização da dívida; ii) pagamentos de juros da dívida pública superiores a 20% das receitas; iii) inflação anual superior a 50%; ou iv) reservas inferiores a três meses de importações.

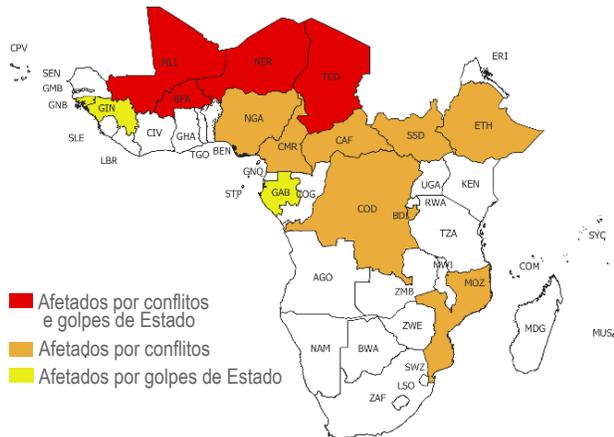
⁶ Por exemplo, aumentar a inflação através do financiamento monetário do défice ou através da criação de excesso de procura; ou aumentar as pressões sobre o mercado cambial através do aumento da procura de importações (Strong e Yayi 2021, Hooley et al. 2021).

mediana atingiu o seu valor mais alto em dezembro de 2023, mas continua elevada, situando-se em cerca de 5,4% em agosto de 2024. **As grandes limitações de financiamento daí resultantes dificultam os necessários ajustamentos macroeconómicos, porque fazem com que seja menos exequível executá-los gradualmente.**

Em terceiro lugar, a região assistiu recentemente a vários episódios de fragilidade política e agitação social. As pressões políticas e sociais estão a dificultar cada vez mais a implementação de reformas e ajustamentos das políticas. Além disso, a África Subsariana continua a ser desproporcionalmente afetada por formas particularmente virulentas de fragilidade política, como conflitos e golpes de Estado (Figura 7). A agitação social é, normalmente, um fenómeno complexo que não pode ser interpretado à luz de uma única causa. As **fraquezas estruturais** enraizadas, como a pobreza, a falta de inclusão, as reduzidas perspetivas de emprego, as perceções de corrupção e a fraca governação, provocam um contexto geral de frustração social. Nesse contexto, **choques macroeconómicos**, como o rápido aumento do custo de vida, podem provocar protestos (Caixa). O aumento dos preços dos produtos alimentares tem sido particularmente impactante e, embora as taxas de inflação tenham iniciado uma trajetória descendente, os preços internos dos produtos alimentares aumentaram substancialmente em toda a região desde 2019 (Figura 8). Os **ajustamentos das políticas** destinados a reforçar a estabilidade macroeconómica, como os aumentos de impostos ou as reduções de subsídios a fim de limitar os défices orçamentais, **podem gerar dificuldades acrescidas a curto prazo**, especialmente se forem mal concebidos e implementados, aumentando o risco de descontentamento social. Além disso, é difícil escapar à fragilidade social e política, uma vez enraizada.

Figura 7. A África Subsariana é afetada de forma desproporcionada pela fragilidade política

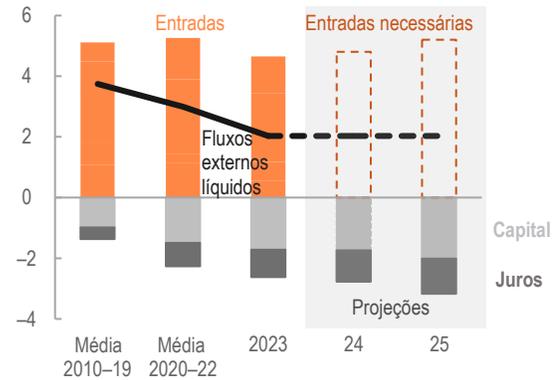
(países com golpes de Estado ou conflitos internos durante 2020-2024)



Fontes: lista do FMI de Estados frágeis e afetados por conflitos; golpes de Estado, registados por Powell e Thyne (2011; dados atualizados) inclui tentativas falhadas.

Figura 6. África Subsariana: Fluxos de financiamento externo do setor público

(em percentagem do PIB regional)



Fontes: Dealogic; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; Banco Mundial, *International Debt Statistics*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: exclui a África do Sul devido à falta de dados. Os dados relativos a 2023 são estimativas. As entradas incluem desembolsos da China, do FMI e do Banco Mundial, ajuda pública ao desenvolvimento, emissão de Eurobonds e empréstimos bancários sindicados e bilaterais. O capital e os juros correspondem aos pagamentos da dívida pública e da dívida com garantia pública. As colunas tracejadas representam as entradas brutas que seriam necessárias para estabilizar os fluxos externos líquidos no nível estimado para 2023, que é representado pela linha tracejada.

Figura 8. África Subsariana: Níveis medianos de preços, 2019-2024

(índice de dezembro de 2019 = 100, em agosto de 2024)



Fontes: Autoridades dos países; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

As perspetivas económicas estão a melhorar gradualmente com os ajustamentos, mas pairam vários riscos

Uma recuperação lenta...

Segundo as projeções, o crescimento regional deverá aumentar modestamente, atingindo os 4,2% em 2025. Esperam-se aumentos significativos no Gana, à medida que o país continua a restaurar a estabilidade macroeconómica; no Botsuana e no Senegal, como reflexo do aumento das exportações de recursos naturais (diamantes, petróleo e gás); e no Maláui, na Zâmbia e no Zimbabué, à medida que recuperam da seca. Também se espera que o crescimento melhore na África do Sul, dado o sentimento positivo que se vive após as eleições, bem como a redução das falhas de eletricidade. O crescimento mundial estável, a estagnação geral dos preços de exportação de matérias-primas que não o combustível e a esperada redução de 10% dos preços mundiais do petróleo proporcionarão apenas um apoio limitado às exportações. A médio prazo, o crescimento projetado do PIB deverá estabilizar em cerca de 4,4%, com uma continuação da divergência entre países ricos em recursos naturais e o resto da região. No entanto, o crescimento do rendimento per capita, inferior a cerca de 2%, continuará a ser insuficiente para gerar melhorias rápidas das condições de vida, uma redução sustentada da pobreza ou uma convergência com os rendimentos do resto do mundo (Figura 9).

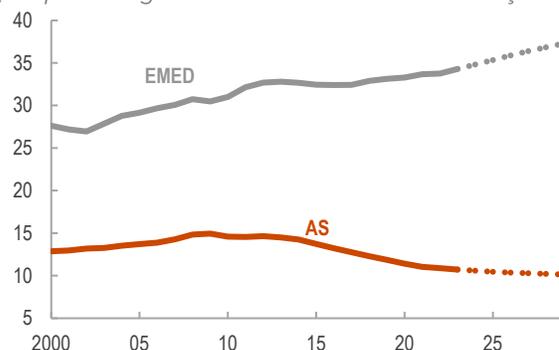
... Que deverá ser acompanhada por novos ajustamentos de políticas.

Espera-se que a inflação continue numa trajetória descendente. A inflação global ponderada pelo PIB na região deverá baixar substancialmente, de 18,1% em 2024 para 12,3% em 2025, com quedas acentuadas em Angola, no Gana e na Nigéria. A inflação mediana deverá baixar ligeiramente, de 4,7% para 4,5%. No entanto, a inflação deverá permanecer substancialmente mais elevada nos países exportadores de petróleo do que no resto da região.

Os esforços de consolidação orçamental prosseguirão em 2025, dada a necessidade de reconstituir reservas e reduzir a dívida. Espera-se que mais de dois terços dos países consolidem as finanças públicas no próximo ano. O saldo primário mediano deverá aumentar em torno de 0,6 pontos percentuais do PIB, enquanto os países ricos em recursos naturais deverão registar um aumento de metade desse valor. Entre 2023 e 2025, o ajustamento apresenta, em média, uma composição globalmente equilibrada entre cortes nas despesas e aumentos de impostos, no entanto, os países ricos em recursos naturais favorecem mais a consolidação das despesas (75% do ajustamento total). Para aumentar as receitas, vários países planeiam sobretudo implementar medidas para alargar a base tributária e reduzir as isenções, bem como esforços destinados a melhorar a administração tributária e a promover a digitalização (por exemplo, nos Camarões, na Guiné-Bissau, no Madagáscar, no Senegal e na Tanzânia). Do lado das despesas, vários dos países que adotaram medidas de consolidação orçamental tencionam preservar as despesas sociais e conter outras despesas, incluindo os subsídios não direcionados (por exemplo, Angola, Benim e Ruanda). Não obstante, mais de metade dos países que iniciaram uma consolidação orçamental estão a planear reduzir (ou já reduziram) o rácio investimento público/PIB, o que poderá ter implicações negativas para o crescimento a médio e longo prazo.

Figura 9. Regiões selecionadas: PIB per capita em PPC, em relação às economias avançadas, 2000-2029

(em percentagem do nível nas economias avançadas)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: AS = África Subsariana; EMED = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento.

Neste ano e no próximo, realizou-se ou vai realizar-se um grande número de eleições.⁷ A história sugere que os períodos pós-eleitorais constituem uma oportunidade para aproveitar o capital político recém-adquirido a fim de implementar planos de consolidação orçamental.⁸ Este padrão é particularmente acentuado na África Subariana, em comparação não só com as outras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, mas também com as economias avançadas (Figura 10). O défice orçamental regista uma queda de cerca de 1,4 pontos percentuais do PIB no período de três anos após um ano de eleições, um valor duas vezes superior ao das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento ou das economias avançadas. Além disso, na África Subariana, a consolidação orçamental após um período eleitoral tem sido sobretudo alcançada através de um recurso maior a cortes na despesa pública, em vez de aumentos da receita fiscal.

A consolidação orçamental esperada deverá apoiar um ajustamento gradual do setor externo. O défice da

conta corrente mediano deverá abrandar de 4,3% em 2024 para 3,7% em 2025, e mais de 60% dos países que apresentam um défice em 2024 esperam uma melhoria da sua posição externa em 2025. Por outro lado, os países exportadores de petróleo poderão assistir a uma redução dos seus excedentes da conta corrente normais, de 1,5% para cerca de 0% (excluindo a Nigéria, cuja projeção indica um valor relativamente inalterado). Os desequilíbrios das contas correntes serão impulsionados sobretudo pelo setor público durante o período 2025-2026, uma vez que, de modo geral, deverá registar-se uma eliminação do hiato entre as poupanças privadas e o investimento privado na maioria dos países da região. Nos países exportadores de petróleo, o excedente das poupanças do setor privado compensa quase totalmente os desequilíbrios externos públicos.

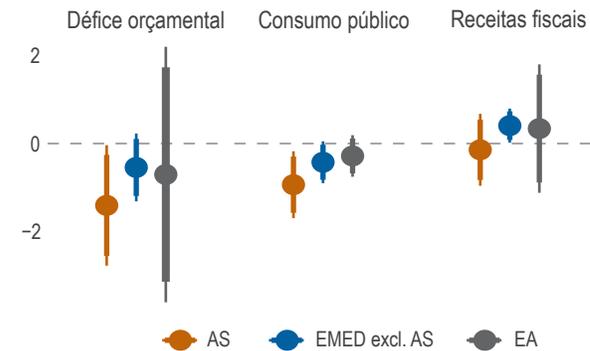
No entanto, as perspetivas são turvadas por um elevado grau de incerteza.

Fatores específicos à região influenciam os riscos para as perspetivas que, de modo geral, se encontram enviados no sentido descendente.

- A agitação social pode ter efeitos macroeconómicos amplos e persistentes, especialmente nos países com pouca margem de manobra para a implementação de políticas e com instituições fracas (Caixa). A possibilidade de os protestos se tornarem violentos ou provocarem uma reação violenta por parte das autoridades põe em risco a estabilidade económica.
- As alterações climáticas estão a aumentar o risco regional de catástrofes naturais. A África Austral sofreu uma seca devastadora este ano, com os níveis de precipitação em fevereiro a atingirem os valores mais baixos dos últimos 40 anos ([Climate Hazards Center](#)), e esta situação foi exacerbada por temperaturas recorde. Madagáscar sofreu danos elevados devido a tempestades tropicais. Na África Oriental, entre abril e maio, pelo menos 1,6 milhões de pessoas foram afetadas por chuvas excepcionais durante a monção, bem como por inundações e desabamentos de terra. A África Ocidental e Central continua a sofrer inundações graves, tendo mais de um milhão de pessoas sido fortemente afetadas só na Nigéria. Vários países do Sahel enfrentaram

Figura 10. Regiões selecionadas: Resultados orçamentais em anos pós-eleitorais

(em percentagem do PIB)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: os pontos representam o efeito estimado de uma eleição sobre o resultado relevante num período de três anos após o ano eleitoral, usando a metodologia desenvolvida por de Haan, Ohnsorge e Yu (2023) tal como adotado no *Fiscal Monitor* de abril de 2024. A parte mais larga de cada barra representa o intervalo de confiança de 90%, enquanto a mais estreita se estende até o intervalo de confiança de 95%. AS = África Subariana; EMED = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento; EA = economias avançadas.

⁷ Dezanove eleições (incluindo presidenciais, de governadores e legislativas) em 2024 e nove em 2025.

⁸ Para analisar o rescaldo da consolidação orçamental, empregamos a metodologia e o conjunto de dados do FMI que abrange 173 países (*Fiscal Monitor* de abril de 2024). A amostra utilizada na análise consiste em 44 países da África Subariana durante o período 1990-2020.

ondas de calor extremo no final de março e abril. Estes choques provocam um aumento acentuado dos preços dos produtos alimentares, da fome, da destruição de infraestruturas e de migrações desestabilizadoras. A mais longo prazo, a região enfrenta encargos desproporcionados decorrentes das alterações climáticas, incluindo a degradação dos ecossistemas e os custos de adaptação (OMM 2024).

- O surto de varíola símia (Mpox) já está a ter um impacto significativo na República Democrática do Congo, onde os efeitos são intensificados pela pobreza, uma fraca infraestrutura de vigilância e uma fragilidade generalizada. A pressão sobre as finanças públicas do país, nomeadamente para a aquisição de vacinas, poderá elevar-se a mais de 1% do PIB. A doença também já atingiu outras partes da África Central e Oriental e é provável que se propague ainda mais – a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou-a de emergência sanitária mundial em agosto de 2024.

A África Subsariana está exposta também a riscos de deterioração da conjuntura mundial, nomeadamente:

- A volatilidade nos mercados financeiros mundiais, que continuam sensíveis às notícias sobre a política monetária adotada nas economias avançadas (Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial, outubro de 2024). Embora tenha durado pouco tempo, a subida acentuada e repentina da volatilidade em julho e agosto recordou-nos desses riscos. A turbulência nos mercados está normalmente associada ao aumento dos diferenciais soberanos nos mercados de fronteira e à fuga de capitais desses mercados. Tal poderá limitar ainda mais a liquidez num momento crucial para os países da região. Mas, numa perspetiva mais positiva, uma redução gradual das taxas de juro de médio a longo prazo dos Estados Unidos poderá reavivar os fluxos financeiros para os mercados emergentes e de fronteira.
- A intensificação de conflitos e a volatilidade dos preços das matérias-primas. O conflito no Sudão pode ter repercussões agravantes nos países vizinhos do Chade, Eritreia, Etiópia, República Centro-Africana e Sudão do Sul, através do êxodo de refugiados, da deterioração da segurança e de perturbações do comércio. Um agravamento dos conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia poderá levar a aumentos significativos dos preços da energia, dos produtos alimentares importados e dos fertilizantes, bem como a turbulências nos mercados financeiros mundiais.
- O abrandamento da atividade económica nas economias avançadas e nos mercados emergentes de grande dimensão, especialmente a China. Embora o risco de erros de calibração da política monetária tenha diminuído desde abril, sendo uma aterragem suave o resultado mais provável, os indicadores de alta frequência apontam para uma maior probabilidade de um abrandamento do crescimento mundial, incluindo nos Estados Unidos e na China (edição de outubro de 2024 do *World Economic Outlook*).
- Maior fragmentação geoeconómica. O comércio poderá ser perturbado pela continuação das recentes tendências de enfraquecimento da cooperação internacional, por um maior protecionismo e, de modo geral, por uma política económica mais orientada para o mercado interno. A fragmentação poderá também complicar ainda mais a prestação de ajuda oficial aos países mais frágeis da África Subsariana, para além do efeito recessivo que se projeta que tenha a nível mundial (edição de outubro de 2024 do *World Economic Outlook*, Caixa 1.2).

As simulações que usam o modelo AFRMOD do FMI (Andrle *et al.* 2015) ajudam a quantificar alguns destes importantes riscos. Por exemplo, um aumento de 150 pontos base dos prémios de risco soberano reduziria o crescimento em cerca de 0,7 pontos percentuais durante 2025–2026, sendo acompanhado por um declínio acentuado (de até 5,2%) do investimento privado; as taxas de juro diretas precisariam de aumentar em média 0,7 pontos percentuais. Um aumento de 10% dos preços mundiais da energia e dos produtos alimentares causaria um aumento da inflação global de cerca de 1,3 pontos percentuais; o crescimento dos países exportadores de petróleo aumentaria cerca de 0,4 pontos percentuais, ao passo que o dos outros países ricos em recursos naturais e pobres em recursos naturais registaria uma contração de, respetivamente, 0,2 e 0,4 pontos percentuais, anulando, grosso modo, o crescimento da região. Por fim, uma redução de um ponto percentual na taxa de crescimento da China, da Área do Euro, do Reino Unido e dos Estados Unidos reduziria as exportações regionais

em 1,4% e o crescimento regional em 0,3 pontos percentuais. Os países exportadores de petróleo seriam relativamente mais afetados (0,4 pontos percentuais) do que os países pobres em recursos naturais (0,2 pontos percentuais), devido aos impactos negativos nos preços do petróleo.

Traçar a rota a seguir: Escolhas difíceis, mas a inação não é opção

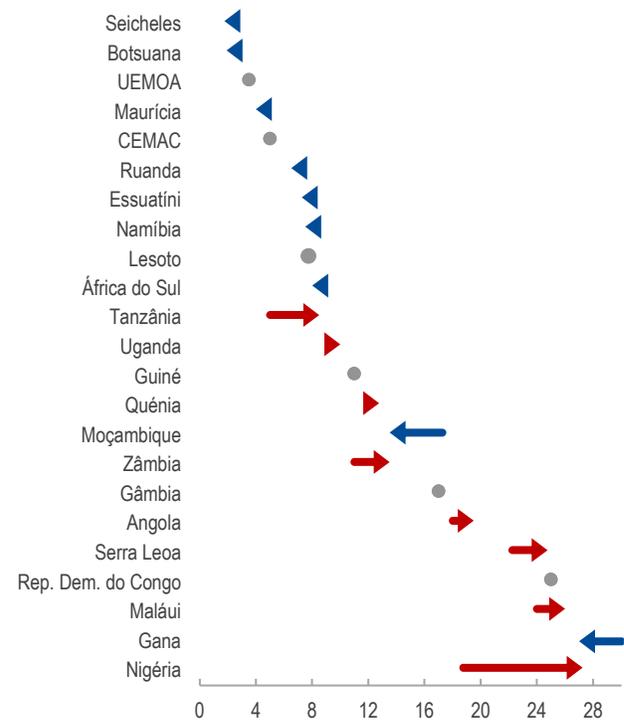
Os decisores de políticas deparam-se com um difícil ato de equilíbrio.

A maioria dos países da África Subsariana continua a precisar de reduzir os desequilíbrios macroeconómicos, caso contrário, as vulnerabilidades irão agravar-se. As autoridades **enfrentam três opções de políticas difíceis, entre várias prioridades concomitantes**:

- Relativamente à **política monetária**, a principal decisão, atualmente, prende-se com a necessidade de determinar se devem reduzir as taxas de juro diretas e quando, dado que as pressões inflacionárias estão a abrandar em muitos países. Mas **o momento apropriado para essa decisão continua incerto**, dada a persistência da inflação (e das suas consequências sociais, incluindo no que toca à pobreza), assim como o desejo de solidificar a credibilidade e voltar a ancorar as expectativas. A maioria dos países da região continuou a aumentar a restritividade das taxas de juro diretas ou deixou-as inalteradas ao longo de 2024 (Figura 11), ao passo que outros, incluindo o Botsuana, Moçambique e o Ruanda já deram início ao ciclo de redução da restritividade da política monetária.
- Relativamente à **política orçamental**, o desafio de muitos países é encontrar medidas para combater as **vulnerabilidades da dívida** e assegurar a sustentabilidade, **satisfazendo ao mesmo tempo pressões elevadas para gastar** nos serviços públicos e **enfrentando a resistência política ao aumento de impostos** (Selassie e Tiffin 2021). Os decisores de políticas precisarão de conceber pacotes de ajustamentos que sejam inclusivos, preservando, nomeadamente, as despesas sociais.
- **Do lado externo**, as pressões externas persistentes criam outros desafios: **permitir uma depreciação cambial** é muitas vezes inevitável (devido às baixas reservas cambiais) e justificável, a fim de **promover a competitividade** e **reduzir os custos do ajustamento**. No entanto, **pode gerar subidas repentinas da inflação** (incluindo para bens essenciais importados), e **representar riscos para a estabilidade financeira** se existirem desfasamentos significativos entre moedas no setor bancário (nota [“The Role of Foreign Exchange Intervention in Sub-Saharan Africa’s Policy Toolkit”](#) do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, abril de 2022).

Figura 11. África Subsariana: Taxa de juro de política monetária

(nível em setembro de 2024, em pontos percentuais; as setas indicam a variação desde dezembro de 2023)



Fontes: Haver Analytics; e FMI, *International Financial Statistics*.

Nota: os círculos cinzentos indicam a ausência de variação. CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central UEMOA = União Económica e Monetária da África Ocidental

A abordagem destas questões representa um **desafio único para os decisores de políticas da região**: ao contrário das economias avançadas e de muitos outros mercados emergentes, estes deparam-se com **restrições de financiamento** que os limitam particularmente tanto em termos de acesso como de custos. Esta conjuntura afeta

todas as três decisões de política económica: complica a tarefa da política monetária ao limitar a autonomia em relação às condições mundiais; impede os países de reduzirem o défice orçamental gradualmente; e a falta de financiamento externo pode também agravar as pressões externas.

Afinar a combinação de políticas a fim de restaurar e apoiar a estabilidade macroeconómica.

A combinação de políticas deve ser cuidadosamente calibrada com base na dimensão dos desequilíbrios macroeconómicos, tendo também em conta as limitações de economia política que afetarão a exequibilidade do ajustamento. Em muitos países, poderá ser inevitável proceder a um ajustamento concentrado na fase inicial, dado o contexto das grandes restrições de financiamento. A concentração na fase inicial de um período de ajustamento também promoveria a credibilidade dos planos de ajustamento, o que contribuiria para reduzir os diferenciais das obrigações soberanas. Mas ao mesmo tempo, a concentração das medidas na fase inicial poderia agravar as dificuldades económicas e as tensões sociais, aumentando o risco de erodir o apoio aos esforços de reforma necessários. Para simplificar, podemos distinguir três casos principais, embora as decisões tenham de ser adaptadas a cada país.

Primeiro, os países com elevados desequilíbrios macroeconómicos são mais suscetíveis de terem de implementar medidas de ajustamento orçamental significativas e concentradas na fase inicial. Este grupo é, porventura, o que tem a necessidade mais premente de apoio financeiro da comunidade internacional. Será provavelmente necessário manter uma orientação mais restritiva da política monetária por mais tempo para estabilizar a inflação em países onde esta está a aumentar, ou está significativamente acima da meta do banco central, mesmo que isso torne o financiamento dos défices orçamentais mais dispendioso. No entanto, uma combinação de políticas (orçamental e monetária) excessivamente restritivas pode exacerbar a frustração social; por conseguinte, os decisores de políticas devem procurar aliviar alguns dos encargos que pesam sobre as pessoas mais afetadas (ver abaixo a análise sobre a aceitação social das reformas). Em alguns países, uma maior flexibilidade da taxa de câmbio poderia facilitar o ajustamento das políticas, ao passo que os potenciais riscos para a estabilidade financeira devidos aos desfasamentos entre moedas presentes no balanço dos bancos poderiam ser mitigados graças a reservas de capital e quadros regulamentares mais robustos. Num pequeno grupo de países em que a dívida é insustentável, a reestruturação da dívida poderá ser inevitável, mas não é uma panaceia, já que acarreta custos económicos e sociais significativos.⁹

Os países que apresentam desequilíbrios mais moderados podem, normalmente, ponderar uma redução da restritividade da política monetária rumo a uma orientação mais neutra, enquanto observam de perto a inflação, as expetativas e a variação das taxas de câmbio (dados os efeitos que produz na inflação). A redução da restritividade da política monetária pode também aliviar as pressões associadas aos elevados custos do serviço da dívida pública. Do lado orçamental, este grupo de países precisa de continuar a executar ajustamentos, caso contrário terá de aceitar os custos associados à elevada dívida (serviço da dívida), incluindo o aumento dos prémios de risco e o abandono, com o tempo, de despesas prioritárias em prol do desenvolvimento e da concessão de crédito ao setor privado. Mas o ritmo do ajustamento pode ser mais gradual do que em países com desequilíbrios muito elevados, o que poderá ajudar a atenuar as tensões políticas. Embora existam argumentos fortes a favor de um ajustamento baseado nas receitas (nota “[Reduzir os défices orçamentais na África Subsariana sem comprometer o desenvolvimento](#)” do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, abril de 2024), a mobilização de receitas internas no curto prazo poderá não ser muito exequível de um ponto de vista político em alguns países. Existe também uma margem considerável para combater a ineficácia na despesa pública, incluindo subsídios não direcionados e desperdícios relacionados com a corrupção e as fraquezas

⁹ As reestruturações da dívida podem demorar muito tempo e tendem a ser processos dolorosos. O incumprimento no reembolso da dívida externa está associado a reduções persistentes do PIB per capita (de cerca de 20%) em comparação com países que não entraram em incumprimento, o que provoca efeitos adversos significativos nos indicadores sociais (Farah-Yacoub, von Luckner e Reinhart 2024). A reestruturação da dívida interna também acarreta desafios específicos (FMI 2021).

na governação. **Intervenções transparentes nos mercados cambiais podem servir para atenuar a volatilidade excessiva**, especialmente nos casos em que a turbulência é causada por choques externos temporários (por exemplo, ligados a variações no apetite dos investidores pelo risco).

Por fim, **os países com desequilíbrios baixos** já começaram, ou estão prestes a começar, a **normalizar a política monetária**. No entanto, ao longo do tempo, precisarão também de **reconstituir reservas orçamentais e externas**. De um modo geral, estas economias utilizaram, nos últimos anos, as margens de manobra de que dispõem para a implementação de políticas para fazer face a vários choques. Porém, chegou agora a altura de começar a reconstituir as margens de segurança. Tal permitirá reduzir ainda mais as vulnerabilidades da dívida, gerar margem para lidar com uma eventual volatilidade interna futura e atenuar as repercussões negativas de choques financeiros e comerciais mundiais (edição de abril de 2024 do *Fiscal Monitor*; edição de julho de 2024 do *External Sector Report*). **O ajustamento pode ser mais gradual**, com uma intensificação dos esforços durante períodos de condições económicas relativamente favoráveis. Este é também o momento oportuno para considerar medidas que reforcem ainda mais as instituições de política macroeconómica.

Formulação de políticas na era do descontentamento social: como executar reformas.

Utilizar a política fiscal para promover a inclusão.

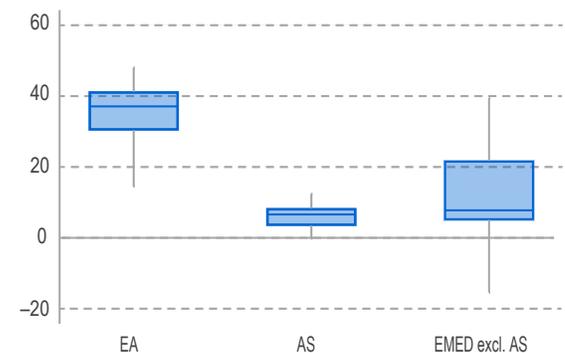
A **política orçamental na África Subariana poderia tornar-se um instrumento de promoção da inclusão mais poderoso**, mesmo com a implementação da consolidação orçamental de que muitos países ainda necessitam. A política orçamental na região, tal como em muitos países de rendimentos mais baixos, tem um êxito limitado no que toca a reduzir as desigualdades, especialmente a pobreza, embora o seu impacto tenda a ser mais progressivo na África Austral (Figura 12, Wai-Poi et al. 2024).¹⁰

Do lado da receita, existe margem considerável para aumentar a receita fiscal de forma relativamente equitativa e eficiente, através do alargamento da base tributável e de um maior recurso a impostos progressivos sobre o rendimento e fundiário. Para tal, será necessário reforçar a conceção e a administração da política fiscal (Benitez et al. 2023, Ouedraogo et al. 2024). O aumento da receita permitirá intensificar despesas sociais que criem oportunidades.

Do lado da despesa, a proteção social não abrange atualmente grande parte da população, especialmente no setor informal, e é relativamente mal direcionada para as famílias vulneráveis (FMI 2024a, OIT 2021). Os subsídios à energia e aos produtos alimentares continuam a ser avultados e são inerentemente mal direcionados. E a prestação de serviços, nomeadamente na educação e na saúde, é normalmente caracterizada por um acesso limitado, custos inoportáveis e uma qualidade insuficiente, verificando-se, em muitos casos, progressos lentos ao longo do tempo, especialmente para as famílias rurais e com rendimentos mais baixos (nota [“Formar a mão de obra do futuro: Educação, oportunidades e o dividendo demográfico da África”](#) do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, abril de 2024; OMS 2022).

Figura 12. Regiões selecionadas: Efeitos do sistema fiscal e de transferências na redução da desigualdade

(redução percentual no índice de Gini a nível dos países, rendimento disponível em relação ao rendimento de mercado; mediana, percentil 25 e 75 e valores adjacentes por grupo de países; 2023 ou último ano disponível)



Fontes: Base de dados do SWIID; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: AS = África subsariana, EA = economias avançadas, EMED excl. AS = mercados emergentes e economias em desenvolvimento excluindo a África Subariana.

¹⁰ As análises por país da incidência orçamental incluem Manda et al. (2020) para o Quênia; Mesfin e Gao (2020) para a Etiópia; FMI (2018) para os Camarões; FMI (2018b) para a Nigéria; e FMI (2018c) para a África do Sul.

A conceção de estratégias orçamentais a médio prazo com quadros institucionais de apoio sólidos ajudaria a reduzir alguns dos custos económicos e sociais do ajustamento. Embora, formalmente, vários países tenham em vigor regras orçamentais e quadros orçamentais de médio prazo, a política orçamental na África Subsariana é muitas vezes desprovida de uma âncora eficaz que a norteie, e está excessivamente focada em objetivos de curto prazo (David *et al.* 2023). A conceção e implementação de estratégias orçamentais credíveis a médio prazo, ancoradas em metas explícitas em termos de dívida e adaptadas ao contexto específico de cada país, poderiam desempenhar um papel importante no que toca a assegurar a sustentabilidade orçamental e a aumentar a eficiência das políticas. Estas estratégias poderiam ajudar a minimizar as derrapagens orçamentais, reforçar a credibilidade das políticas e, como consequência, reduzir alguns dos custos associados à consolidação orçamental, por exemplo, por acelerarem a redução dos diferenciais das obrigações soberanas ou por permitirem trajetórias de ajustamento menos concentradas na fase inicial.¹¹ Tais estratégias deveriam ser apoiadas por reformas institucionais e medidas destinadas a reforçar a capacidade orçamental, especialmente esforços que visem: 1) melhorar a capacidade de efetuar previsões macro-orçamentais, a fim de reforçar a orientação de médio prazo dos orçamentos; 2) identificar e gerir sistematicamente os riscos orçamentais, nomeadamente através de uma capacidade central de gestão de riscos; e 3) melhorar os controlos das despesas através da automatização dos procedimentos e da melhoria da gestão de tesouraria.

Combater a fadiga associada aos ajustamentos.

Face à frustração da população, há também uma oportunidade para mobilizar o apoio a reformas grandes e profundas, como as que a Etiópia, o Gana, o Quênia e a Nigéria estão a executar. Para aproveitar esta oportunidade, é necessário repensar as estratégias de reforma e formar e manter coligações favoráveis ao crescimento entre os dirigentes e o público em geral. Para tal, importa dar mais importância às estratégias de comunicação e consulta, à conceção de reformas, às medidas de compensação e à restauração da confiança nas instituições públicas (Capítulo 3 “Understanding the Social Acceptability of Structural Reforms” do *World Economic Outlook*, outubro de 2024). Mais especificamente, os decisores de políticas precisarão de se concentrar nos seguintes pontos:

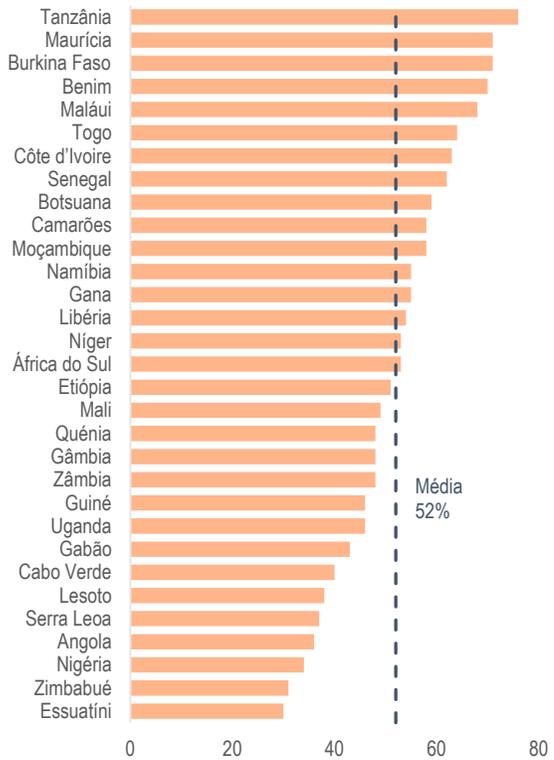
- **Diálogo amplo com as populações.** Uma abordagem participativa, baseada em diálogos bilaterais com as partes interessadas e a população em geral, pode ajudar a conceber estratégias para as políticas, gerar um sentimento de apropriação por parte do público e recolher o apoio das empresas e da sociedade civil (conforme demonstrado pelas recentes reformas dos subsídios à energia empreendidas no Gana e na Zâmbia; ver também Moerenhout *et al.* 2024). A comunicação deveria explicar claramente os benefícios da reforma, os custos da inação e as medidas compensatórias que acompanham as reformas, devendo também corrigir a desinformação e as perceções erradas. É também essencial estabelecer parcerias com figuras de destaque, como deputados, líderes comunitários e investigadores independentes. A ênfase deve ser colocada em ouvir as preocupações e conceber respostas adequadas. A divulgação de informações atualizadas regulares sobre os progressos das reformas e a criação de mecanismos de retorno de informação contínuo ajudarão a manter o apoio ao longo do tempo.
- **Criação e encadeamento de reformas adequados.** Os custos e benefícios das várias reformas devem ser adequadamente espaçados no tempo, para não sobrecarregar as populações. A obtenção de benefícios tangíveis numa fase precoce reforçará o apoio. Além disso, iniciar os esforços com reformas que não ameacem os principais benefícios de vários grupos sociais é uma estratégia que já deu mostras de aumentar o êxito (Capítulo 3 “Understanding the Social Acceptability of Structural Reforms” do *World Economic Outlook*, outubro de 2024). Por exemplo, numa amostra de economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, que inclui Angola e Gana, o apoio às reformas dos regimes de subsídios aumenta acentuadamente se houver compromissos credíveis no sentido de reinvestir rapidamente as poupanças na melhoria dos serviços públicos, incluindo a educação, a saúde e as infraestruturas (Banco Mundial 2023).

¹¹ Nos contextos em que a política orçamental é menos credível, é mais provável que seja necessário um ajustamento orçamental concentrado na fase inicial.

- **Medidas complementares e compensatórias.** A implementação de políticas bem concebidas e direcionadas de apoio às pessoas mais afetadas pelas reformas (como, por exemplo, redes de segurança social mais resilientes, ajuda na procura de emprego e requalificação profissional) pode ajudar a vencer a resistência às reformas, na medida em que atenua os potenciais custos sociais (como aconteceu com as recentes reformas dos subsídios à energia nos Camarões e no Gana, com a unificação da taxa de câmbio na Etiópia e, fora da região, com as reformas do mercado de trabalho no Brasil em 2017 e na Alemanha em 2003-2005).
- **Gestão justa e transparente dos recursos públicos.** Um quadro de governação forte, que promova a confiança no governo e na sua capacidade de implementar devidamente as políticas - nomeadamente através da promoção da transparência, da melhoria da prestação de contas, do reforço do Estado de direito e do combate à corrupção - é uma condição indispensável para garantir o apoio público a qualquer estratégia de reformas (Budina *et al.* 2023). As sondagens de opinião indicam que a confiança na capacidade do governo de usar os recursos públicos para promover o bem-estar da população é ainda relativamente baixa em muitos países da África Subsariana (Figura 13).

Figura 13. Utilização pelo Governo dos impostos para o bem-estar dos cidadãos

(em percentagem dos inquiridos que concorda/ concorda plenamente)



Fonte: Afrobarómetro, documento de trabalho n.º 78, fevereiro de 2022.

Promover um crescimento inclusivo.

Por muito dolorosas que sejam as atuais escolhas de políticas, serão necessárias reformas mais profundas e mais amplas para garantir que os países sintam os benefícios das reformas, e não apenas as dores. A maioria da região está a debater-se com baixo crescimento, falta de empregos e exclusão social generalizada. A promoção de um crescimento mais sustentável e inclusivo, fazendo com que a economia funcione melhor para todos, reduzirá não só as vulnerabilidades macroeconómicas como também a frustração social, facilitando assim a tarefa aos decisores de políticas. Esta transformação requer uma abordagem multifacetada, assente em duas trajetórias complementares:

- **Criar empregos** (notas "[O tempo está a contar: Superar o desafio urgente da criação de empregos na África Subsariana](#)" e "[Criar condições equitativas: Igualdade de género e desenvolvimento económico na África Subsariana](#)" do relatório *Perspetivas Económicas Regionais*, outubro de 2024). A região tem de estar à altura do desafio de criar um número elevado de empregos de qualidade, o que passa por reduzir os entraves à expansão do setor formal e apoiar a produtividade e as receitas no setor informal. Alguns pontos de partida potenciais para a formulação de políticas: 1) aumentar o acesso das empresas formais e informais ao crédito; 2) apoiar os jovens, nomeadamente alinhando melhor a educação e formação com as necessidades do mercado de trabalho; e 3) melhorar as oportunidades das mulheres, inclusive assegurando que as raparigas não desistam dos estudos e melhorando o acesso das mulheres a serviços financeiros.
- **Diversificar as economias**, especialmente nos países ricos em recursos naturais que se debatem com baixo crescimento. Para tal, as prioridades passam por: 1) melhorar o ambiente de negócios para animar o crescimento impulsionado pelo setor privado; 2) investir nas pessoas; e 3) aumentar os investimentos nas infraestruturas, incluindo o alargamento do acesso à eletricidade, nos casos em que as necessidades são elevadas.

Prosseguir as reformas num ambiente difícil: como pode o FMI ajudar?

Os decisores de políticas da África Subsariana deparam-se com desafios complexos, mas também com uma oportunidade: alavancar as reivindicações generalizadas em prol de mudanças para melhorar a governação e a confiança do público e, deste modo, apoiar medidas que permitam utilizar plenamente os talentos da região e libertar o crescimento da produtividade. Importa realçar que as reformas estão associadas a custos eleitorais mais baixos se forem executadas no início do mandato de um governo, uma vez que os benefícios da reforma demoram muitas vezes algum tempo a materializar-se (Ciminelli *et al.* 2019).

O FMI está empenhado em ajudar a região a enfrentar os desafios que se avizinham, prestando aconselhamento e assistência financeira. Ao longo dos últimos quatro anos, o FMI proporcionou financiamento à região no valor de mais de 60 mil milhões de dólares, muito do qual em condições altamente concessionais. Dos 45 países, 25 têm acordos de financiamento em curso com o FMI, tendo sido desembolsados, até à data, em 2024, mais de 5 mil milhões de dólares. Desde dezembro de 2022, 11 países (Benim, Cabo Verde, Camarões, Côte d'Ivoire, Madagáscar, Níger, Quênia, Ruanda, Seicheles, Senegal e Tanzânia) firmaram acordos ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade, que proporciona financiamento de longo prazo a custos acessíveis aos países membros, para os ajudar a lidar com desafios estruturais decorrentes das alterações climáticas e da preparação para pandemias. No entanto, a atual contração do financiamento (falta de acesso a financiamento e taxas de juro elevadas), assim como os altos níveis de dívida pública, requerem financiamento adicional através de donativos e financiamento externo em condições concessionais, que poderão ser as únicas formas de facilitar ajustamentos favoráveis ao crescimento em muitos países da região.

O FMI apoia também uma ampla série de atividades de desenvolvimento das capacidades em toda a região, prevendo-se que a despesa com esses programas aumente cerca de 20% este ano. Os domínios visados são consonantes com os pedidos dos decisores de políticas e incluem a gestão das finanças públicas, a mobilização de receitas internas, assim como temas de importância crescente, como as alterações climáticas e a digitalização. O desenvolvimento de capacidades prestado pelo FMI na região também se centra muito nas reformas da governação e do combate à corrupção (incluindo esforços de melhoria da transparência orçamental e de reforço das instituições de prestação de contas), bem como nas políticas de promoção da inclusão, sendo todos eles temas de elevada importância na atual conjuntura. É essencial apoiar os esforços das autoridades nestes domínios, não só para restabelecer a confiança e a adesão do público, mas também para garantir reformas sustentadas e bem-sucedidas num contexto de grandes expectativas.

Caixa. Agitação social na África Subsaariana: causas e efeitos

A agitação social e política é um fenómeno complexo que pode manifestar-se quando as fontes estruturais subjacentes de fragilidade se cruzam com um evento desencadeador. Embora a agitação social tenha estado em declínio na África Subsaariana e a nível mundial, observa-se agora um recrudescimento na região, tendo vários países, como o Quênia e a Nigéria, assistido a protestos de grande dimensão nos últimos meses. A região é também desproporcionalmente afetada por formas extremas de fragilidade política, como golpes de Estado e conflitos.

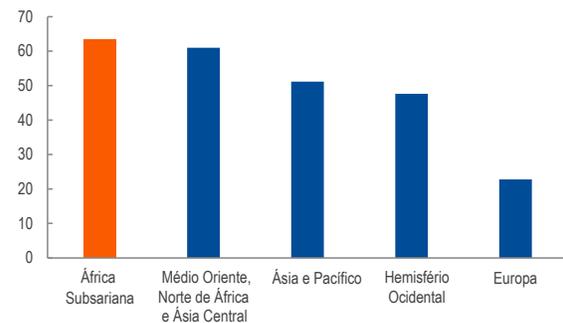
Um fator estrutural que constitui terreno fértil para a fragilidade política e a agitação social são os elevados níveis (reais e sentidos) de desigualdade e exclusão. As tensões são agravadas quando as divisões económicas e políticas reforçam as clivagens sociais, étnicas ou religiosas existentes e quando o crescimento global é lento, resultando numa estagnação das condições de vida (Redl e Hlatshwayo 2021, Abdel-Latif e El-Gamal 2024, Isbell 2022). As perceções de exclusão são mais elevadas na África Subsaariana do que em qualquer outra região (Figura 1.1 da caixa). A existência de um número elevado de jovens desempregados ou subempregados constitui uma fonte particularmente forte de exclusão. Em toda a região, 28% dos jovens não estão empregados nem seguem um curso ou uma formação, em comparação com 21% noutras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento e 12% nas economias avançadas (valores medianos).

Outra fonte de fragilidade estrutural é a perceção de que existem despesas públicas inúteis, corrupção e governação ineficaz. A fraca governação e os serviços públicos inadequados contribuem muitas vezes para a agitação social (Tarkhani 2021). A perceção da corrupção está a aumentar em toda a região (Figura 2.1 da caixa). Estas preocupações estão na base de uma opinião comum de que os governos não estão a criar empregos suficientes nem a dar resposta às necessidades das famílias mais pobres e dos jovens (Figura 2.2 da caixa).

As fraquezas subjacentes precisam de um catalisador para desencadear agitação: nos casos mais recentes, esse catalisador tem sido o aumento do custo de vida, exacerbado a curto prazo pelas dificuldades associadas às reformas macroeconómicas, em que as políticas complementares, como os mecanismos de compensação, foram mal concebidos e executados. As condições de vida deterioraram-se devido à elevada inflação que se verificou nos últimos três anos. Os preços internos dos produtos alimentares, que afetam desproporcionalmente as famílias mais pobres e estiveram associados a protestos recentes no Gana e na Nigéria, continuam elevados, em parte devido a depreciações significativas em vários países, aliadas a uma elevada proporção de alimentos importados e a choques climáticos que afetaram a produção interna (Banco Mundial 2024). Estas dificuldades foram, no curto prazo, agravadas pelos recentes esforços de ajustamento macroeconómico – incluindo reduções nos subsídios aos combustíveis (Angola, Camarões, Nigéria e República do Congo), maior flexibilidade da taxa de câmbio (Etiópia e Nigéria) e propostas de aumento de impostos (Quênia e Tanzânia). No entanto, estas medidas nem sempre desencadearam grandes protestos ou agitação. Não são só os resultados efetivos que são cruciais, mas também as perceções e as expectativas. Paradoxalmente, à medida que as oportunidades melhoram, a frustração social pode, por vezes, aumentar ainda mais rapidamente (Hadzi-Vaskov e Ricci 2021).

Figura 1 da caixa. Regiões selecionadas: Perceções da exclusão social

(mediana regional, índice 0-100, valores mais elevados = maior exclusão)

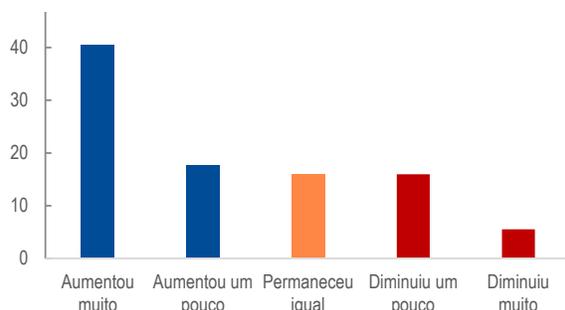


Fontes: Abdel-Latif e El-Gamal (2024); e cálculos do corpo técnico do FMI.

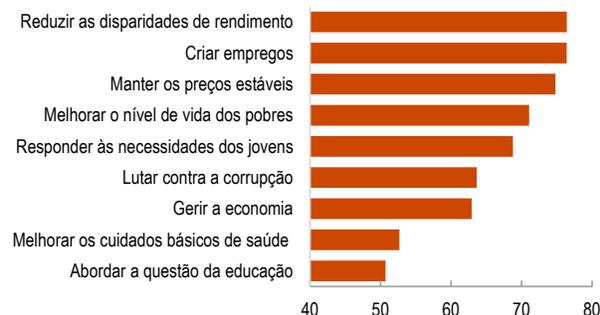
Notas: este índice é uma medida composta de exclusão social, económica e política. Mede até que ponto certos indivíduos ou grupos são sistematicamente impedidos de aceder a direitos, oportunidades ou recursos, com base no conjunto de dados *Varieties of Democracy*.

Figura 2 da caixa. África Subsariana: Percepções de corrupção e eficácia do governo

2.1. Variação do nível percecionado de corrupção
(em percentagem de inquiridos)



2.2. Eficácia percecionada do governo em áreas-chave
(em percentagem de inquiridos que responderam "Muito má" ou "Bastante má")



Fontes: inquéritos do Afrobarómetro; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a análise usa os inquéritos transnacionais harmonizados mais recentes disponíveis (ronda 8, 2019-22).

O trabalho analítico recente do FMI, baseado em técnicas de aprendizagem automática, quantifica algumas das forças motrizes subjacentes à fragilidade política e social da região, incluindo a agitação social (Redl e Hlatshwayo 2021, atualizado) e os golpes de Estado (Cebotari *et al.* 2024). Os resultados indicam o seguinte:

- As principais forças motrizes da agitação social e dos golpes de Estado incluem fatores estruturais: pobreza, baixa inclusão, acesso limitado a serviços básicos, percepções da corrupção, fraca governação, uma população jovem, penetração dos meios de comunicação digitais e redes sociais e elevados riscos de segurança. Os fatores macroeconómicos contemporâneos, no meadamente a inflação elevada (tanto nos preços da energia como em geral) e um historial recente de agitação aumentam substancialmente a probabilidade de agitação social, em consonância com os fatores desencadeadores típicos identificados pela literatura (Figura 3 da caixa).
- Embora muitos países se deparem com choques desestabilizadores, estes não afetam significativamente a probabilidade de um golpe de Estado se os fundamentos forem robustos. Por outro lado, os países com fundamentos mais fracos são mais sensíveis a choques macroeconómicos e, conseqüentemente, enfrentam uma maior probabilidade de sofrer um golpe de Estado.

O impacto macroeconómico da agitação social é potencialmente significativo e duradouro, especialmente nos países com instituições fracas e pouca margem de manobra para a implementação de políticas. Os episódios de grande agitação reduzem o PIB, em média, em quase 1,5% ao fim de um ano, e o efeito persiste durante, pelo menos, três anos. Além disso, os efeitos da agitação são duas vezes maiores nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento do que nas economias avançadas. Por outro lado, não produzem efeito em países com instituições fortes (Hadzi-Vaskov *et al.* 2023). Uma explicação possível é a reversão das reformas: as reformas favoráveis ao crescimento e à estabilização macroeconómica que enfrentam resistência têm maior probabilidade de serem revertidas mais tarde, o que chama a atenção para a necessidade de gerar consenso sobre as reformas (Capítulo 3 do *World Economic Outlook*, outubro de 2024). Uma vez mais, dez anos após o início de um conflito, as perdas do PIB, por si só, ascendem a 15-40% (Novta e Pugacheva 2021). Além disso, nos primeiros dois anos após um golpe de Estado, especialmente se este for acompanhado de sanções económicas, o PIB baixa entre 1% e 3,5%, e tanto a situação orçamental como a qualidade da formulação de políticas se deterioram consideravelmente (Aya *et al.* 2024).

Figura 3 da caixa. África Subariana: Fatores na origem da agitação social e dos golpes de Estado

3.1. Fatores na origem da agitação social

(em percentagem do índice de risco de agitação social de 2024)

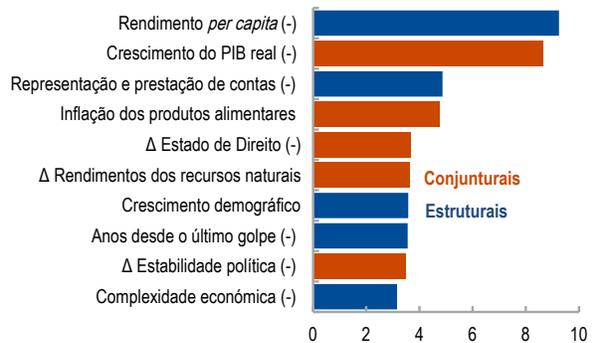


Fontes: modelo de agitação social baseado no exercício de vulnerabilidade do FMI; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a figura representa os valores absolutos de Shapley, isto é, a contribuição marginal de cada fator para o risco previsto, cuja média é calculada em todas as combinações de fatores possíveis. “(-)” denota um impacto negativo.

3.2. Fatores na origem dos golpes de Estado

(contributo em pontos percentuais para a probabilidade média de golpes de Estado)



Fontes: Cebotari *et al.* (2024) e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: “(-)” indica um impacto negativo. “ Δ ” indica a variação de 1 ano. Os Termos de interações são omitidos.

Referências

- Abdel-Latif, H., and M. El-Gamal. 2024. "Fraying Threads: Exclusion and Conflict in Sub-Saharan Africa." IMF Working Paper 24/4, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Andrle, M., P. Blagrove, P. Espaillet, K. Honjo, B. Hunt, M. Kortelainen, and S. Mursula. 2015. "The Flexible System of Global Models-FSGM." IMF Working Paper 15/64, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Aya, Idrissa, Luc Tucker, and others. Forthcoming. "The Economic Impact of Coups d'État". International Monetary Fund, Washington, DC.
- Benitez, J. C., M. Mansour, M. Pecho, and C. Vellutini. 2023. "Building Tax Capacity in Developing Countries." IMF Staff Discussion Note 23/6, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Budina, N., C. Ebeke, F. Jaumotte, A. Medici, A. Panton, M. Mendes Tavares, and B. Yao. 2023. "Structural Reform to Accelerate Growth, Ease Policy Trade-offs and Support the Green Transition in Emerging Market and Developing Economies." IMF Staff Discussion Note 23/7, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Cebotari, A., E. Chueca-Montuenga, Y. Diallo, Y. Ma, R. Turk, W. Xin, and Harold Zavarce. 2024. "Political Fragility: Coups d'État and Their Drivers." IMF Working Paper 24/34, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Ciminelli, G., D. Furceri, J. Ge, J. Ostry, and C. Papageorgiou. 2019. "The Political Costs of Reforms: Fear or Reality?" IMF Staff Discussion Note 19/8, International Monetary Fund, Washington, DC.
- David, A. C., L. Eyraud, F. Comelli, P. Kovacs, J. Montoya, and A. Sode. 2023. "Navigating Fiscal Challenges in Sub-Saharan Africa: Resilient Strategies and Credible Anchors in Turbulent Waters." IMF Departmental Paper 23/7, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Farah-Yacoub, J. P., von Luckner, C. M. G., and Reinhart, C. 2024. "The Social Costs of Sovereign Default." NBER Working Paper 32600, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Hadzi-Vaskov, M., and L. A. Ricci. 2021. "Understanding Chile's Social Unrest in an International Perspective." IMF Working Paper 21/174, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Hadzi-Vaskov, M., S. Pienknagura, and L. A. Ricci. 2023. "The Macroeconomic Impact of Social Unrest." *The B.E. Journal of Macroeconomics* 23(2): 917-58.
- Hooley, J., L. Nguyen, M. Saito, and S. N. Towfighian. 2021. "Fiscal Dominance in Sub-Saharan Africa Revisited." IMF Working Paper 21/17, International Monetary Fund, Washington, DC.
- International Labour Organization (ILO). 2021. "Africa Regional Social Protection Strategy, 2021-2025." International Labour Organization, Geneva.
- International Monetary Fund (IMF). 2018a. "Assessing the Incidence of Fiscal Policy on Poverty and Inequality". In: Cameroon: Selected Issues.
- International Monetary Fund (IMF). 2018b. "Distributional Impact of Fiscal Reforms In Nigeria". In: Nigeria: Selected Issues. IMF Country Report 18/64.
- International Monetary Fund (IMF). 2018c. "Inequality in South Africa: Trends and the Role of Fiscal Policy." In: South Africa: Selected Issues. IMF Country Report 18/247, International Monetary Fund, Washington, DC.
- International Monetary Fund (IMF). 2021. "Issues in Restructuring of Sovereign Domestic Debt." IMF Policy Paper, International Monetary Fund, Washington, DC.
- International Monetary Fund (IMF). 2024a. "Macroeconomic Developments and Prospects for Low-Income Countries-2024." International Monetary Fund, Washington, DC
- Isbell, T. 2022. "Only Game in Town? Inequality and Demand for Democracy in Africa—A Micro Perspective." Afrobarometer Working Paper 191.

- Manda, D. K., R. Mutegi, S. Kipruto, M. Muriithi, P. Samoei, M. Oleche, and S. D. Younger. 2020. "Fiscal Incidence, Inequality and Poverty in Kenya: A CEQ assessment." CEQ Working Paper 101.
- Mesfin, W., and J. Gao. 2020. "Fiscal Incidence Analysis for Ethiopia." World Bank, Washington, DC.
- Moerenhout, T., D. Gencer, B. Arizu, M. A. Lee, and H. Braun. 2024. "Political Economy Analysis and Communications for Energy Subsidy Reforms." ESMAP Technical Report.
- Novta, N., and E. Pugacheva. 2021. "The Macroeconomic Costs of Conflict." *Journal of Macroeconomics* 68.
- Ouedraogo, I., I. Dianda, P.P.R. Ouedraogo, T.R. Ouedraogo, and B. Konfe. 2024. "The Effects of Taxation on Income Inequality in Sub-Saharan Africa." *Comparative Economic Studies*.
- Powell, J. M., and C. L. Thyne. 2011. "Global Instances of Coups from 1950 to 2010: A New Dataset." *Journal of Peace Research* 48(2): 249-259.
- Redl, C., and S. Hlatshwayo. 2021. "Forecasting Social Unrest: A Machine Learning Approach." IMF Working Paper 21/263, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Selassie, A., and A. Tiffin. 2021. "The Policymaker's Trilemma". *IMF Blog*, May 12.
- Strong, C., and C. Yayi. 2021. "Central Bank Independence, Fiscal Deficits and Currency Union: Lessons from Africa." *Journal of Macroeconomics* 68.
- Tarkhani, H. 2021. "Political Unrest: Factors and Impact." In: Leal Filho, W., Marisa Azul, A., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds). *Peace, Justice and Strong Institutions. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*.
- Wai-Poi, M., M. Sosa, and P. Bachas. Forthcoming. "Taxes, Spending and Equity: International Patterns and Lessons for Developing Countries". World Bank Policy Research Working Paper.
- World Bank. 2023. "Building Public Support for Energy Subsidy Reforms: What Will it Take?" World Bank, Washington, DC
- World Bank. 2024. "Food Security Update, September." World Bank, Washington, DC.
- World Health Organization (WHO). 2022. "Tracking Universal Health Coverage in the WHO African Region, 2022." World Health Organization, Geneva.
- World Meteorological Organization (WMO). 2024. "State of the Climate in Africa 2023." World Meteorological Organization, Geneva.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 30 de setembro de 2024 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2024 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

- Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.
- Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação dos países frágeis e afetados por conflitos publicada pelo Banco Mundial.
- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a 1145 dólares no período 2020-2023 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a 1145 dólares no período 2020-2023 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados com base na lista publicada pelo Banco Mundial para o exercício de 2025.
- O quadro na página vi mostra os países da África Subsariana que participam nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Burundi e o Ruanda, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

- Nos quadros AS1 e AS3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

- No quadro AS1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.
- Nos quadros AS2-AS4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros AS1-AS4 do apêndice estatístico

Quadros AS1-AS3

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2024.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2029 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS2

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2024.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2029 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2024-2025 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

³ As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2024.

¹ Enquanto membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Enquanto membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Os dados e as projeções para 2020-2025 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

⁴ As reservas oficiais incluem ativos externos detidos pelo Fundo Petrolífero e de Estabilização do Gana e excluem ativos onerados.

⁵ Para a Zâmbia, as projeções da dívida externa para 2024-2025 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁶ As autoridades do Zimbabué redenominaram recentemente as estatísticas das suas contas nacionais na sequência da introdução, a 5 de abril de 2024, de uma nova moeda nacional, o “ouro do Zimbabué”, que veio substituir o dólar do Zimbabué. A utilização do dólar do Zimbabué cessou a 30 de abril de 2024.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB Real							Preços no consumidor, média anual						
	(variação percentual anual)							(variação percentual anual)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025
África do Sul	1,6	-6,2	5,0	1,9	0,7	1,1	1,5	5,3	3,3	4,6	6,9	5,9	4,7	4,5
Angola	2,2	-4,0	2,1	4,2	1,0	2,4	2,8	16,3	22,3	25,8	21,4	13,6	28,4	21,3
Benim	5,1	3,8	7,2	6,3	6,4	6,5	6,5	1,2	3,0	1,7	1,4	2,8	2,0	2,0
Botsuana	4,1	-8,7	11,9	5,5	2,7	1,0	5,2	4,6	1,9	6,7	12,2	5,1	3,8	4,5
Burkina Faso	5,7	1,9	6,9	1,8	3,1	5,5	5,8	1,0	1,9	3,9	14,1	0,7	2,1	2,0
Burundi	1,9	0,3	3,1	1,8	2,7	2,2	3,5	7,1	7,3	8,3	18,9	27,0	20,0	25,0
Cabo Verde	3,0	-20,8	7,0	17,4	5,1	4,7	4,7	1,1	0,6	1,9	7,9	3,7	2,0	2,0
Camarões	4,4	0,5	3,0	3,7	3,2	3,9	4,2	1,9	2,5	2,3	6,3	7,4	4,4	3,5
Chade	2,8	-2,1	-0,9	3,6	4,9	3,2	3,8	1,1	4,5	-0,8	5,8	4,1	4,9	3,7
Comores	3,1	-0,2	2,0	2,6	3,0	3,5	4,0	1,8	0,8	-0,0	12,4	8,5	4,0	1,5
Côte d'Ivoire	6,6	0,7	7,1	6,2	6,2	6,5	6,4	1,5	2,4	4,2	5,2	4,4	3,8	3,0
Eritreia ¹	4,6	2,6
Essuatíni	2,5	-1,6	10,7	0,5	4,9	4,6	4,2	5,9	3,9	3,7	4,8	4,9	4,8	4,8
Etiópia	9,5	6,1	6,3	6,4	7,2	6,1	6,5	14,4	20,4	26,8	33,9	30,2	23,9	23,3
Gabão	3,7	-1,8	1,5	3,0	2,4	3,1	2,6	2,3	1,7	1,1	4,3	3,6	2,1	2,2
Gâmbia	2,5	0,6	5,3	4,9	5,3	5,8	5,8	6,3	5,9	7,4	11,5	17,0	14,4	9,8
Gana	6,5	0,5	5,1	3,8	2,9	3,1	4,4	11,8	9,9	10,0	31,9	39,2	19,5	11,5
Guiné	6,2	4,7	5,6	4,0	5,7	4,1	5,7	11,4	10,6	12,6	10,5	7,8	11,0	10,2
Guiné-Bissau	3,9	1,5	6,2	4,6	5,2	5,0	5,0	1,3	1,5	3,3	7,9	7,2	4,2	2,0
Guiné Equatorial	-2,7	-4,8	0,9	3,7	-6,2	5,8	-4,8	2,5	4,8	-0,1	4,9	2,5	4,0	2,8
Lesoto	1,3	-5,3	1,7	1,6	2,2	2,8	2,3	5,1	5,0	6,0	8,3	6,3	6,7	6,1
Libéria	2,8	-3,0	5,0	4,8	4,6	5,1	5,8	12,5	17,0	7,8	7,6	10,1	7,7	6,0
Madagáscar	3,2	-7,1	5,7	4,0	3,8	4,5	4,6	7,0	4,2	5,8	8,2	9,9	7,4	7,1
Maláui	4,1	1,0	4,6	0,9	1,5	1,8	4,0	17,2	8,6	9,3	20,8	28,8	30,6	15,3
Mali	4,3	-1,2	3,1	3,5	4,4	3,8	4,4	1,1	0,5	3,8	9,7	2,1	2,5	2,0
Maurícia	3,7	-14,5	3,4	8,9	7,0	6,1	4,0	3,0	2,5	4,0	10,8	7,0	3,5	3,5
Moçambique	5,5	-1,2	2,4	4,4	5,4	4,3	4,3	7,5	0,9	6,6	10,4	7,0	3,5	4,3
Namíbia	2,8	-8,1	3,6	5,3	4,2	3,1	4,2	5,2	2,2	3,6	6,1	5,9	4,6	4,5
Níger	5,9	3,5	1,4	11,9	2,4	9,9	7,3	0,7	2,9	3,8	4,2	3,7	7,8	3,6
Nigéria	3,0	-1,8	3,6	3,3	2,9	2,9	3,2	11,6	13,2	17,0	18,8	24,7	32,5	25,0
Quênia	4,7	-0,3	7,6	4,9	5,6	5,0	5,0	7,4	5,3	6,1	7,6	7,7	5,1	5,2
República Centro-Africana	-0,7	1,0	1,0	0,5	0,7	1,4	2,9	4,9	0,9	4,3	5,6	3,0	4,7	4,6
República Democrática do Congo	5,9	1,7	5,9	8,8	8,4	4,7	5,0	10,2	11,4	9,0	9,3	19,9	17,8	9,2
República do Congo	0,3	-6,3	1,1	1,8	2,0	2,8	3,7	2,3	1,4	2,0	3,0	4,3	4,0	3,6
Ruanda	7,1	-3,4	10,9	8,2	8,2	7,0	6,5	3,9	7,7	0,8	13,9	14,0	4,9	5,1
São Tomé e Príncipe	3,6	2,6	1,9	0,2	0,4	1,1	3,3	8,1	9,8	8,1	18,0	21,2	17,1	10,8
Seicheles	6,6	-11,7	0,6	15,0	3,2	3,1	3,9	3,0	1,2	9,8	2,6	-1,0	0,8	2,5
Senegal	5,0	1,3	6,5	4,0	4,6	6,0	9,3	1,0	2,5	2,2	9,7	5,9	1,5	2,0
Serra Leoa	4,1	-1,3	5,9	5,3	5,7	4,0	4,5	10,0	13,4	11,9	27,2	47,7	36,6	18,0
Sudão do Sul	-5,3	-6,5	5,3	-5,2	2,5	-26,4	27,2	98,6	24,0	30,2	-3,2	40,2	120,6	79,3
Tanzânia	6,7	4,5	4,8	4,7	5,1	5,4	6,0	7,3	3,3	3,7	4,4	3,8	3,2	4,0
Togo	5,4	2,0	6,0	5,8	5,6	5,3	5,3	1,4	1,8	4,5	7,6	5,3	2,7	2,0
Uganda	5,3	-1,1	5,5	6,3	4,6	5,9	7,5	6,8	2,8	2,2	7,2	5,4	3,5	4,4
Zâmbia	4,3	-2,8	6,2	5,2	5,4	2,3	6,6	9,0	15,7	22,0	11,0	10,9	14,6	12,1
Zimbabué ²	4,6	-7,8	8,5	6,1	5,3	2,0	6,0	30,2	557,2	98,5	193,4	667,4	635,3	23,6
África Subariana	3,8	-1,6	4,8	4,1	3,6	3,6	4,2	8,4	11,2	11,6	15,2	17,6	18,1	12,3
Mediana	4,4	-1,2	5,0	4,3	4,5	4,0	4,6	4,5	3,6	4,6	8,2	7,0	4,7	4,5
Excl. África do Sul e Nigéria	5,0	-0,1	5,2	5,1	4,6	4,5	5,3	8,0	12,8	11,5	16,2	18,2	16,5	9,7
Países ricos em recursos naturais	3,1	-2,4	4,2	3,6	2,7	2,8	3,5	8,8	12,5	12,3	15,7	19,5	21,6	13,5
Países exportadores de petróleo	2,8	-2,1	3,1	3,4	2,5	2,8	3,2	11,0	13,1	15,9	16,9	19,7	27,3	21,0
Excl. a Nigéria	2,3	-2,9	2,0	3,6	1,6	2,6	3,4	9,9	12,8	13,9	13,1	10,3	17,3	13,4
Outros países ricos em recursos naturais	3,5	-2,7	5,3	3,8	3,0	2,8	3,7	6,6	11,8	8,8	14,5	19,2	16,3	6,8
Excl. a África do Sul	5,6	0,4	5,6	5,3	4,8	4,1	5,4	8,2	19,8	12,5	21,1	30,9	26,0	8,5
Países pobres em recursos naturais	6,0	0,8	6,5	5,6	5,8	5,6	6,1	7,1	7,7	9,6	13,9	12,7	9,5	9,0
Países de rendimento médio	3,1	-2,8	4,6	3,5	2,7	3,0	3,5	8,3	8,8	10,8	13,4	14,5	16,1	12,7
Países de baixo rendimento	6,1	1,7	5,4	5,6	5,7	5,0	6,0	8,7	18,0	13,6	19,9	25,7	23,0	11,2
Países frágeis e afetados por conflitos	4,2	-0,3	4,2	4,3	4,1	3,7	4,3	10,2	17,5	16,9	21,3	28,4	31,2	19,3
Zona do franco CFA	4,4	0,3	4,4	4,7	4,0	5,3	5,3	1,5	2,4	2,7	6,4	4,4	3,5	2,8
CEMAC	2,5	-1,5	1,7	3,3	2,3	3,7	3,0	2,0	2,7	1,4	5,3	5,4	4,0	3,3
UEMOA	5,7	1,3	6,0	5,5	5,1	6,2	6,6	1,2	2,2	3,5	7,0	3,8	3,2	2,5
COMESA (membros da África Subariana)	5,9	0,3	6,6	6,0	6,1	5,0	5,8	9,5	21,5	16,0	22,0	29,3	25,3	12,1
CAO-5	5,5	0,9	6,4	5,2	5,3	5,4	5,9	7,1	4,3	4,3	7,0	6,7	4,4	4,9
CEDEAO	4,0	-0,7	4,5	4,0	3,5	3,8	4,3	9,3	10,2	12,6	17,0	20,2	22,3	16,7
SACU	1,7	-6,3	5,3	2,2	1,0	1,2	1,8	5,2	3,2	4,6	7,1	5,9	4,7	4,5
SADC	2,8	-4,0	4,8	3,7	2,7	2,5	3,3	8,0	13,7	11,3	13,8	16,9	18,1	8,6

Ver fontes na página 21.

Quadro AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos								Dívida pública						
	(em % do PIB)								(em % do PIB)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
África do Sul	-4,1	-9,6	-5,5	-4,3	-5,8	-6,2	-6,3	44,9	68,9	68,7	70,8	73,4	75,0	77,4	
Angola	-0,4	-1,7	3,4	0,6	-1,9	1,6	1,3	52,9	119,1	74,3	56,1	73,7	59,3	52,1	
Benim	-2,4	-4,7	-5,7	-5,6	-4,1	-3,7	-2,9	30,1	46,1	50,3	54,2	54,5	54,0	52,6	
Botsuana	-0,9	-10,9	-2,4	0,0	-4,7	-5,9	-1,7	17,6	18,7	18,7	18,1	20,1	22,6	22,1	
Burkina Faso	-3,3	-5,2	-7,5	-10,7	-6,9	-5,7	-4,7	31,5	43,8	55,6	58,4	55,9	57,4	56,0	
Burundi	-5,1	-6,3	-5,2	-10,6	-8,4	-7,4	-3,6	45,1	66,0	66,6	68,4	62,4	86,8	80,4	
Cabo Verde	-5,0	-9,3	-7,5	-4,1	-0,3	-2,9	-2,1	102,1	143,8	149,1	124,0	114,0	111,0	107,2	
Camarões	-3,5	-3,2	-3,0	-1,1	-0,6	-0,5	-0,8	27,6	44,9	47,2	45,6	43,2	40,3	38,3	
Chade	-0,7	1,2	-1,5	4,2	-1,3	-0,7	-2,6	30,7	41,2	42,4	34,5	32,7	31,5	32,4	
Comores	0,5	-0,5	-2,8	-4,0	-1,3	-2,8	-2,5	18,1	24,3	26,3	28,1	33,2	34,9	35,8	
Côte d'Ivoire	-2,4	-5,4	-4,9	-6,8	-5,2	-4,0	-3,0	32,4	46,3	50,2	56,6	58,1	59,3	55,9	
Eritreia ¹	-2,3	235,6	
Essuatíni	-4,3	-4,5	-4,5	-6,2	-1,5	-1,7	-3,7	19,1	38,7	37,0	40,7	38,5	40,1	41,6	
Etiópia	-2,3	-2,8	-2,8	-4,2	-2,6	-1,7	-1,7	49,2	53,7	53,8	46,9	38,7	33,6	41,8	
Gabão	0,5	-2,2	-1,9	-0,9	-1,9	-3,9	-6,5	44,5	78,2	68,4	65,6	72,1	73,3	80,0	
Gâmbia	-4,2	-2,4	-4,8	-4,9	-3,7	-2,7	-0,3	70,2	85,9	83,1	82,9	75,2	66,5	60,6	
Gana	-6,6	-17,4	-12,0	-11,8	-3,6	-4,7	-3,7	49,6	72,3	79,2	92,7	82,9	82,5	79,5	
Guiné	0,6	-3,1	-1,7	-0,8	-1,8	-3,0	-2,6	39,7	47,8	42,7	40,2	40,8	37,8	34,8	
Guiné-Bissau	-2,9	-9,6	-5,9	-6,1	-8,2	-3,8	-3,0	55,0	77,7	79,0	80,8	79,4	77,0	74,3	
Guiné Equatorial	-5,0	-1,8	2,7	11,8	2,5	3,0	0,3	25,1	49,4	42,3	30,2	37,4	35,1	35,6	
Lesoto	-3,1	-0,0	-5,4	-5,5	9,2	5,2	5,9	43,7	54,7	58,4	64,5	61,5	60,0	59,7	
Libéria	-3,9	-4,0	-2,5	-5,3	-7,1	-2,4	-3,5	28,8	58,7	53,3	54,0	58,8	56,8	57,2	
Madagáscar	-2,1	-4,0	-2,8	-5,5	-4,1	-3,8	-3,8	38,1	51,9	51,9	53,9	55,6	55,5	55,8	
Maláui	-3,8	-8,0	-8,3	-9,3	-9,2	-8,0	-5,6	34,7	53,9	66,5	76,7	91,3	84,5	82,3	
Mali	-2,7	-5,4	-4,8	-5,0	-3,9	-3,6	-3,3	31,9	46,9	50,3	53,1	55,9	55,7	55,9	
Maurícia	-3,3	-10,5	-4,1	-3,1	-4,1	-2,9	-2,9	61,8	91,9	85,9	81,2	78,6	80,1	80,9	
Moçambique	-4,2	-4,5	-3,9	-5,1	-4,1	-4,2	-2,0	78,0	120,0	104,3	100,3	93,9	96,0	96,5	
Namíbia	-6,1	-8,1	-8,8	-6,1	-3,1	-2,6	-4,1	38,2	64,3	69,6	70,0	66,1	66,7	62,5	
Niger	-3,7	-4,8	-6,1	-6,8	-5,4	-4,1	-3,0	27,8	45,0	51,3	50,6	56,6	51,7	49,0	
Nigéria	-3,1	-5,6	-5,5	-5,4	-4,2	-4,6	-4,2	21,7	34,5	35,7	39,7	46,4	51,3	50,0	
Quênia	-6,2	-8,1	-7,2	-6,1	-5,8	-5,0	-4,3	46,7	68,0	68,2	67,8	73,1	69,9	72,4	
República Centro-Africana	-0,9	-3,4	-6,0	-5,3	-3,6	-3,1	-1,8	47,5	44,4	48,5	51,0	57,6	57,4	55,4	
República Democrática do Congo	0,5	-3,1	-1,6	-0,5	-1,7	-2,0	-1,2	18,0	16,2	15,9	14,3	14,4	11,5	6,0	
República do Congo	-2,1	-1,1	1,6	8,9	5,8	3,8	3,0	59,7	102,5	97,8	92,5	99,0	93,3	89,0	
Ruanda	-2,6	-9,5	-7,0	-5,7	-5,1	-7,3	-3,7	33,0	65,6	66,6	60,6	64,5	71,4	73,3	
São Tomé e Príncipe	-5,2	2,9	-1,5	-2,2	1,1	4,0	4,2	78,4	70,8	60,1	55,9	50,7	40,6	31,8	
Seicheles	1,0	-15,7	-5,8	-0,7	-1,2	-1,4	-1,4	65,0	77,4	71,2	58,9	56,5	58,4	57,7	
Senegal	-3,9	-6,4	-6,3	-6,6	-4,9	-7,5	-4,5	47,2	69,2	73,3	76,0	81,2	84,3	80,5	
Serra Leoa	-3,3	-3,5	-4,3	-5,9	-5,0	-2,9	-3,6	33,4	46,4	47,1	54,0	49,2	42,8	42,9	
Sudão do Sul	-5,7	-5,5	-9,3	4,2	7,0	5,8	6,7	53,0	49,3	52,2	39,9	54,8	56,9	50,3	
Tanzânia	-2,7	-2,6	-3,5	-3,9	-3,5	-2,9	-2,9	36,6	41,3	43,4	44,9	46,9	47,3	46,3	
Togo	-3,8	-7,0	-4,7	-8,3	-6,7	-4,9	-3,0	48,5	62,2	64,9	67,4	68,0	69,7	68,4	
Uganda	-3,0	-7,8	-7,4	-5,9	-4,9	-4,9	-3,8	27,7	46,3	50,4	50,0	51,0	51,4	50,3	
Zâmbia ²	-6,3	-13,8	-8,1	-7,8	-6,5	-6,1	-2,8	50,9	140,0	111,0	99,5	127,3	
Zimbabué ³	-3,3	0,3	-2,2	-6,0	-6,2	-10,4	-7,9	50,9	84,5	58,2	102,1	96,7	70,3	58,0	
África Subsariana	-3,3	-6,4	-4,9	-4,4	-4,1	-4,0	-3,6	37,1	56,3	55,6	56,4	59,8	59,7	59,3	
Mediana	-3,0	-4,7	-4,8	-5,3	-4,0	-3,3	-3,0	39,4	54,3	56,9	56,4	57,8	57,4	55,9	
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,0	-5,7	-4,3	-4,0	-3,5	-3,2	-2,6	41,6	61,9	58,8	58,3	59,6	56,1	54,8	
Países ricos em recursos naturais	-3,2	-6,6	-4,7	-4,0	-4,0	-4,0	-3,7	35,6	55,0	53,8	55,1	60,2	60,3	58,5	
Países exportadores de petróleo	-2,5	-4,6	-3,7	-3,0	-2,8	-1,6	-1,8	29,4	47,6	44,3	44,7	52,8	53,3	50,7	
Excl. a Nigéria	-1,5	-1,9	0,5	1,6	-0,6	0,8	0,0	44,7	82,2	63,8	53,8	62,9	54,9	51,2	
Outros países ricos em recursos naturais	-3,8	-8,4	-5,6	-4,9	-4,8	-5,2	-4,7	42,2	61,5	61,3	64,6	65,7	64,0	62,5	
Excl. a África do Sul	-3,5	-7,2	-5,6	-5,5	-3,9	-4,3	-3,2	38,5	54,0	53,2	58,2	58,5	53,6	49,0	
Países pobres em recursos naturais	-3,6	-6,0	-5,4	-5,7	-4,4	-4,0	-3,2	43,5	60,2	61,3	60,7	59,1	58,6	61,0	
Países de rendimento médio	-3,5	-7,4	-5,2	-4,5	-4,3	-4,2	-3,9	36,7	58,4	57,7	58,6	64,7	66,6	65,8	
Países de baixo rendimento	-2,5	-3,7	-3,9	-4,2	-3,6	-3,5	-2,9	39,0	50,0	49,5	50,3	48,7	45,6	45,5	
Países frágeis e afetados por conflitos	-2,8	-4,5	-4,4	-4,3	-3,3	-3,2	-2,8	28,7	42,0	42,3	44,7	47,0	45,6	45,1	
Zona do franco CFA	-2,7	-4,2	-4,0	-3,3	-3,3	-3,1	-2,7	34,6	52,9	55,6	56,5	58,4	58,0	56,4	
CEMAC	-2,4	-2,0	-1,4	2,5	0,1	-0,3	-1,4	35,2	57,2	56,0	51,8	53,2	50,9	50,4	
UEMOA	-3,0	-5,5	-5,5	-7,0	-5,2	-4,7	-3,4	34,8	50,5	55,3	59,4	61,4	62,1	59,6	
COMESA (membros da África Subsariana)	-3,4	-5,7	-4,8	-4,9	-4,2	-4,1	-3,2	42,2	59,4	56,8	57,2	56,6	51,8	52,2	
CAO-5	-4,4	-6,5	-6,1	-5,5	-4,9	-4,5	-3,7	39,2	56,2	57,7	57,4	60,0	59,7	59,6	
CEDEAO	-3,3	-6,7	-6,1	-6,3	-4,3	-4,5	-3,7	27,5	43,0	46,1	50,0	55,2	59,7	57,7	
SACU	-4,0	-9,5	-5,5	-4,1	-5,6	-6,0	-6,0	43,4	66,4	66,3	68,1	70,2	71,9	73,8	
SADC	-3,1	-7,0	-3,9	-3,3	-4,6	-4,4	-4,0	44,1	69,4	63,1	63,0	67,6	64,4	62,7	

Ver fontes na página 21.

Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato							Conta corrente externa, incl. donativos						
	(em % do PIB)							(em % do PIB)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025
África do Sul	66,4	74,0	70,0	70,8	72,5	72,5	72,5	-3,5	2,0	3,7	-0,5	-1,6	-1,6	-1,9
Angola	30,7	33,0	21,6	17,3	20,8	19,5	19,5	2,7	1,3	10,0	8,3	3,8	3,3	1,5
Benim	28,1	30,5	32,7	33,4	30,2	30,2	30,2	-4,9	-1,7	-4,2	-6,1	-5,9	-6,0	-6,0
Botsuana	44,7	52,5	45,3	40,1	41,7	44,1	42,6	2,0	-10,3	-1,3	-1,2	-0,6	-2,0	1,5
Burkina Faso	32,4	44,1	48,6	46,1	42,7	43,7	44,9	-5,1	4,2	0,4	-7,4	-8,0	-3,8	-1,2
Burundi	27,0	46,3	50,6	56,6	49,2	55,6	54,1	-14,3	-11,2	-11,9	-15,9	-13,8	-15,1	-21,8
Cabo Verde	85,5	116,8	111,3	93,3	90,8	90,9	89,4	-6,3	-15,3	-11,9	-3,6	-3,1	-5,2	-5,3
Camarões	21,7	26,6	29,3	29,6	28,6	29,0	28,9	-3,3	-3,7	-4,0	-3,4	-3,9	-2,8	-3,5
Chade	11,0	15,3	17,2	19,0	20,6	21,6	22,6	-3,5	-2,8	-1,8	5,5	-0,9	-1,7	-2,5
Comores	25,1	31,2	37,1	37,1	38,0	37,8	38,0	-3,1	-1,8	-0,3	-0,6	-2,5	-3,2	-3,9
Côte d'Ivoire	10,9	13,5	14,9	14,4	11,6	11,9	11,8	-0,3	-3,1	-3,9	-7,7	-8,0	-5,4	-1,3
Eritreia ¹	207,6	14,9
Essuatíni	26,8	32,3	29,7	28,1	26,1	25,4	24,9	6,0	7,1	2,6	-2,7	2,2	3,8	1,7
Etiópia	29,2	30,8	31,1	27,9	24,9	21,3	20,2	-7,1	-4,6	-3,2	-4,3	-2,9	-3,4	-4,8
Gabão	23,7	27,9	24,1	23,5	27,0	27,0	27,0	5,2	-0,5	3,5	10,9	5,4	5,1	3,1
Gâmbia	38,6	56,0	59,2	54,6	49,3	45,4	43,2	-7,6	-3,0	-4,2	-4,2	-8,6	-4,4	-2,8
Gana	24,1	30,8	29,4	29,3	29,7	28,8	29,0	-5,6	-2,5	-2,7	-2,3	-1,4	-2,5	-2,0
Guiné	24,2	27,8	25,5	29,1	25,7	26,3	24,7	-16,3	-16,2	-2,5	-8,6	-8,8	-9,5	-8,8
Guiné-Bissau	38,5	45,6	50,6	46,6	40,6	40,1	39,5	-2,4	-2,6	-0,8	-8,6	-8,7	-6,1	-4,4
Guiné Equatorial	13,2	17,5	14,8	14,3	19,8	19,0	19,3	-8,4	-0,8	4,2	2,1	-0,8	-0,4	-2,7
Lesoto	35,6	41,1	39,1	39,7	42,5	40,6	39,4	-9,5	-5,7	-9,0	-13,8	-0,2	-0,7	-2,2
Libéria	20,2	25,5	24,6	25,0	26,8	27,0	27,2	-20,1	-16,4	-17,8	-19,0	-26,4	-22,6	-21,9
Madagáscar	23,4	28,7	28,6	29,2	28,1	29,0	28,8	-2,7	-5,4	-4,9	-5,4	-4,5	-6,8	-6,0
Maláui	17,2	17,5	20,1	23,6	25,2	25,2	25,2	-10,2	-13,8	-15,4	-16,7	-16,3	-13,9	-13,8
Mali	26,9	31,3	39,5	42,0	38,6	38,6	38,6	-5,2	-2,2	-7,4	-10,8	-7,1	-5,5	-3,5
Maurícia	104,3	156,7	159,9	141,1	131,2	129,1	131,9	-5,8	-8,8	-13,0	-11,1	-3,3	-5,5	-4,6
Moçambique	44,7	59,0	56,2	53,6	50,0	48,3	46,7	-30,3	-26,5	-21,3	-36,4	-10,6	-29,9	-30,0
Namíbia	58,3	71,5	70,9	63,2	63,1	63,7	63,8	-8,1	3,0	-11,4	-13,0	-14,8	-15,9	-17,0
Níger	17,5	19,2	20,1	19,4	18,1	17,1	17,6	-12,6	-13,2	-14,1	-16,2	-14,4	-4,6	-4,3
Nigéria	24,3	25,2	25,2	24,8	33,8	32,0	31,7	1,2	-3,7	-0,7	0,2	1,7	-0,5	-0,7
Quênia	36,8	37,2	35,2	33,6	36,4	34,9	34,9	-6,9	-4,7	-5,2	-5,0	-4,0	-4,1	-4,1
República Centro-Africana	24,0	30,3	33,3	31,9	32,9	32,0	32,7	-7,1	-8,2	-11,2	-12,9	-8,8	-8,6	-6,9
República Democrática do Congo	11,5	19,9	21,8	19,6	22,1	22,1	22,1	-4,4	-2,1	-1,0	-4,9	-6,3	-4,0	-2,0
República do Congo	26,6	32,7	30,8	27,5	31,9	35,9	36,9	-2,1	12,6	12,8	17,7	6,4	2,5	2,1
Ruanda	22,4	29,0	29,8	29,2	30,0	29,4	30,1	-10,5	-12,1	-10,9	-9,4	-11,7	-12,0	-11,0
São Tomé e Príncipe	41,1	32,5	29,5	28,2	24,3	16,7	16,7	-17,3	-11,2	-13,1	-14,4	-12,3	-7,2	-5,7
Seicheles	64,4	101,6	93,4	80,5	83,3	88,8	85,0	-15,1	-12,3	-8,7	-7,4	-7,2	-10,1	-10,1
Senegal	34,6	45,3	48,2	51,9	52,4	55,7	61,3	-7,2	-10,9	-12,1	-20,0	-18,8	-12,7	-8,3
Serra Leoa	14,5	17,9	19,2	20,4	19,8	18,3	17,9	-14,8	-4,8	-5,7	-2,2	-6,0	-5,5	-5,7
Sudão do Sul	22,3	23,2	17,6	14,4	15,1	23,1	18,6	4,5	-18,9	-9,4	9,2	2,9	3,3	2,4
Tanzânia	22,2	21,7	22,0	22,7	23,6	23,7	23,8	-7,1	-2,5	-3,9	-5,7	-5,3	-3,9	-3,4
Togo	37,2	46,6	48,1	50,4	50,4	51,0	51,0	-4,9	-0,3	-2,2	-3,5	-2,9	-3,0	-2,9
Uganda	17,4	22,5	21,7	20,5	20,8	21,5	21,7	-5,6	-9,5	-8,4	-8,6	-7,4	-6,6	-6,6
Zâmbia	21,7	31,2	24,3	27,1	29,3	26,4	25,5	0,3	11,8	11,9	3,8	-1,9	-0,2	6,9
Zimbabué ²	23,9	14,8	14,9	18,8	14,1	14,2	14,3	-7,9	2,5	1,0	0,9	0,4	-0,3	0,4
África Subariana	34,9	37,1	35,6	34,8	37,1	36,1	35,9	-2,7	-2,6	-0,9	-2,2	-2,7	-3,2	-2,9
Mediana	26,3	31,0	29,7	29,2	29,9	29,2	29,6	-5,4	-3,7	-4,1	-5,2	-4,9	-4,3	-3,7
Excl. África do Sul e Nigéria	27,7	31,3	29,9	28,7	28,8	28,2	28,2	-4,3	-3,8	-2,9	-3,7	-4,3	-4,1	-3,6
Países ricos em recursos naturais	36,1	38,0	36,1	35,6	39,1	38,2	37,9	-1,7	-1,4	0,8	-0,2	-1,2	-1,7	-1,6
Países exportadores de petróleo	24,7	26,4	24,6	23,5	30,4	29,1	28,9	1,0	-2,8	0,8	2,4	1,7	0,6	-0,3
Excl. a Nigéria	25,4	29,0	23,2	20,9	23,4	23,2	23,3	0,6	-0,5	4,4	6,5	1,8	1,5	0,0
Outros países ricos em recursos naturais	47,6	49,6	47,3	47,3	47,6	47,1	46,6	-4,4	-0,1	0,8	-2,6	-3,4	-2,9	-2,3
Excl. a África do Sul	25,9	28,4	28,1	28,1	27,9	27,6	27,6	-5,7	-2,3	-2,4	-4,7	-5,1	-4,1	-2,6
Países pobres em recursos naturais	30,4	34,4	34,3	32,8	31,8	30,7	30,7	-6,9	-6,3	-6,3	-8,3	-6,2	-6,5	-5,9
Países de rendimento médio	37,9	40,7	38,5	37,7	41,4	40,4	40,3	-1,4	-1,6	0,4	-0,5	-1,3	-2,0	-1,7
Países de baixo rendimento	24,7	27,3	27,9	27,3	26,2	25,5	25,2	-7,7	-5,5	-4,9	-6,8	-5,7	-5,7	-5,5
Países frágeis e afetados por conflitos	25,1	26,9	27,4	26,6	30,8	29,3	28,9	-1,6	-3,8	-1,9	-2,1	-1,5	-3,3	-3,3
Zona do franco CFA	21,6	26,9	28,8	28,9	28,0	28,6	29,4	-3,3	-2,8	-3,5	-4,9	-6,3	-4,2	-2,8
CEMAC	19,6	25,0	25,5	25,3	26,8	27,4	27,8	-2,3	-0,9	0,5	3,7	-0,4	-0,6	-1,6
UEMOA	23,0	28,0	30,8	31,0	28,7	29,3	30,3	-4,3	-4,0	-5,8	-10,3	-9,7	-6,3	-3,4
COMESA (membros da África Subariana)	30,2	32,6	31,7	30,2	29,9	28,5	28,2	-5,7	-4,1	-3,7	-4,9	-4,4	-4,3	-3,8
CAO-5	27,9	29,2	28,5	27,8	29,3	28,9	28,9	-7,0	-5,4	-5,8	-6,3	-5,6	-5,1	-4,9
CEDEAO	24,1	26,7	27,2	27,1	31,9	30,8	30,8	-1,0	-4,0	-2,4	-2,9	-2,7	-3,9	-2,8
SACU	64,6	72,3	68,2	68,4	69,9	69,9	69,8	-3,4	1,5	3,0	-1,0	-1,9	-2,0	-2,2
SADC	48,6	52,5	47,9	47,0	47,9	47,4	47,0	-3,3	-0,1	1,8	-1,2	-2,3	-2,6	-2,4

Ver fontes na página 21.

Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor							Reservas						
	(em % do PIB)							(em meses de importações de bens e serviços)						
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025
África do Sul	15,0	23,4	18,5	18,7	19,6	19,2	19,8	5,8	6,3	5,4	5,9	5,6	5,2	4,9
Angola	29,7	78,3	61,4	37,4	47,7	45,6	40,0	9,3	9,5	6,5	7,4	7,2	7,2	7,3
Benim ¹	15,6	30,3	35,2	37,8	38,7	42,7	42,2	3,5
Botsuana	15,4	12,5	10,1	9,3	10,6	9,8	7,9	11,4	6,4	6,5	7,1	7,3	6,3	6,0
Burkina Faso ¹	21,0	23,1	24,5	26,1	25,7	25,5	25,0
Burundi	19,5	17,5	19,9	19,6	19,8	19,9	45,1	2,5	1,0	2,3	1,5	0,7	0,7	2,2
Cabo Verde	78,4	128,3	120,7	103,7	95,1	92,1	90,1	5,7	7,6	6,7	5,8	5,6	5,6	5,5
Camarões ²	18,4	32,5	30,5	31,0	28,5	28,7	27,7
Chade ²	18,2	20,7	18,0	16,7	14,5	12,5	15,7
Comores	17,1	23,5	25,4	27,3	32,6	34,1	35,1	7,1	7,9	8,6	6,6	7,5	9,1	9,6
Côte d'Ivoire ¹	19,6	33,8	30,6	35,9	37,2	37,4	37,5
Eritreia ³	62,2	2,7
Essuatíni	8,7	15,0	14,8	18,3	19,3	19,6	19,6	3,7	3,1	3,1	2,3	2,2	2,4	2,4
Etiópia	25,4	28,8	29,1	23,9	17,4	21,0	27,1	2,0	2,0	1,5	0,8	0,5	0,7	1,6
Gabão ²	29,8	48,9	37,5	35,6	35,2	30,2	26,7
Gâmbia	37,5	49,4	47,2	47,6	47,4	42,3	37,9	3,6	5,8	7,7	5,1	4,9	4,7	4,6
Gana ⁴	29,8	42,0	41,7	41,7	41,1	44,9	47,1	3,0	3,7	4,0	1,2	2,2	2,8	3,4
Guiné	23,2	27,2	24,5	21,9	20,2	20,6	20,6	2,2	1,9	2,6	3,2	2,5	2,2	2,1
Guiné-Bissau ¹	30,0	43,9	38,6	39,3	35,8	33,3	31,5
Guiné Equatorial ²	8,5	15,4	12,3	8,7	8,6	6,8	5,5
Lesoto	35,4	47,5	43,1	45,2	46,8	46,7	46,4	4,8	4,1	5,0	4,2	4,4	5,0	5,9
Libéria	18,4	41,1	37,2	35,4	37,1	37,5	39,4	2,1	2,2	3,9	2,9	2,1	2,1	2,4
Madagascar	23,5	35,9	33,2	33,5	34,6	35,6	38,5	3,4	4,8	4,5	4,6	5,7	5,4	5,4
Maláui	18,6	30,9	37,4	31,3	33,2	41,3	43,0	2,4	0,7	0,2	0,4	0,7	1,9	3,0
Mali ¹	22,8	31,5	27,1	27,8	27,9	26,0	25,3
Maurícia	13,3	20,2	23,2	19,3	17,6	16,6	16,5	8,4	14,4	12,8	11,9	9,8	10,4	10,1
Moçambique	63,1	90,2	82,9	72,1	66,4	65,8	66,7	3,4	4,6	2,6	3,1	2,8	2,5	2,3
Namíbia	12,2	18,8	13,8	16,6	17,3	16,8	12,8	3,4	4,0	4,5	4,1	3,8	4,0	3,4
Níger ¹	18,4	33,0	31,5	32,9	32,5	28,3	26,8
Nigéria	3,6	8,0	9,1	9,4	11,9	22,7	25,0	6,1	6,5	6,3	6,7	5,9	6,8	7,2
Quênia	22,8	30,6	30,4	30,2	33,5	33,3	33,9	4,6	4,6	4,7	4,4	3,8	4,0	4,0
República Centro-Africana ²	29,3	37,3	33,7	33,0	32,7	31,2	29,9
República Democrática do Congo	17,7	15,5	16,4	14,9	16,2	17,5	17,2	0,9	0,4	1,0	1,6	1,7	2,0	2,2
República do Congo ²	24,4	29,2	23,5	23,3	23,0	21,1	20,0
Ruanda	28,0	54,8	53,4	46,5	52,2	61,2	65,1	3,9	5,3	4,6	3,6	3,8	3,9	4,1
São Tomé e Príncipe	84,3	65,1	59,5	58,0	49,8	45,2	40,7	3,7	4,3	3,5	2,9	1,8	1,9	2,9
Seicheles	34,4	35,3	38,6	28,1	27,6	32,6	36,3	3,6	3,7	3,7	3,1	3,3	3,8	3,6
Senegal ¹	32,9	48,9	45,9	47,0	43,9	41,5	38,2
Serra Leoa	20,6	29,3	28,6	27,4	31,3	26,5	25,7	3,2	4,5	5,7	3,7	2,7	2,6	2,8
Sudão do Sul	48,1	40,0	40,2	31,5	35,0	49,9	47,6	1,7	0,4	0,9	0,2	0,2	0,3	0,7
Tanzânia	26,0	29,4	29,6	29,2	29,2	29,9	28,9	4,8	5,3	4,0	3,8	3,8	3,9	4,2
Togo ¹	13,3	29,5	26,0	26,4	26,1	27,3	28,6
Uganda	16,6	30,0	29,5	26,8	27,3	26,5	24,3	4,6	4,3	4,7	3,1	2,8	2,1	1,4
Zâmbia ⁵	26,4	66,5	54,1	39,2	39,9	2,7	1,3	2,8	3,0	2,7	3,3	4,1
Zimbabué ⁶	31,6	26,6	19,7	21,8	20,1	19,5	19,1	0,5	0,1	1,1	0,7	0,1	0,3	0,3
África Subariana	16,5	26,3	24,6	23,4	25,0	27,8	28,1	5,2	5,0	4,6	4,7	4,1	4,1	4,2
Mediana	22,1	30,7	30,5	29,7	31,9	29,9	28,9	3,6	4,3	4,3	3,4	3,1	3,5	3,5
Excl. África do Sul e Nigéria	24,2	36,0	33,6	30,8	30,8	31,4	31,3	4,4	3,9	3,6	3,5	3,0	3,2	3,5
Países ricos em recursos naturais	14,7	23,5	21,5	20,4	22,7	25,5	25,2	5,6	5,5	4,9	5,3	4,7	4,7	4,7
Países exportadores de petróleo	10,8	19,7	19,3	17,5	21,2	29,1	28,5	6,3	6,3	5,5	6,5	5,7	6,2	6,3
Excl. a Nigéria	25,3	50,5	42,1	32,4	36,0	34,4	31,3	6,8	5,6	3,9	6,0	5,5	5,8	5,6
Outros países ricos em recursos naturais	18,7	27,0	23,3	23,0	23,7	23,7	23,6	4,7	4,7	4,4	4,2	4,0	3,9	3,9
Excl. a África do Sul	23,9	30,7	28,7	27,5	27,6	27,9	27,0	3,3	3,1	3,3	2,5	2,5	2,6	2,9
Países pobres em recursos naturais	24,1	34,5	33,9	32,5	31,0	32,7	34,8	3,6	3,7	3,6	2,9	2,4	2,7	3,0
Países de rendimento médio	14,6	24,9	23,0	22,1	25,0	28,4	28,2	5,8	5,8	5,3	5,6	5,0	5,1	5,1
Países de baixo rendimento	24,5	30,3	29,2	27,0	25,2	26,6	28,0	2,7	2,8	2,7	2,1	1,9	1,9	2,2
Países frágeis e afetados por conflitos	11,2	17,1	17,5	16,8	18,0	23,9	25,9	4,8	4,7	4,4	4,6	3,5	3,4	3,8
Zona do franco CFA	20,6	33,1	30,3	31,8	31,5	30,7	30,1	4,6	4,7	4,3	4,3	3,6	3,8	3,8
CEMAC	19,9	31,3	27,1	26,1	24,9	23,4	22,7	4,3	3,4	3,3	4,4	4,2	4,6	4,2
UEMOA	21,4	34,2	32,3	35,3	35,3	34,9	34,2	4,9	5,4	4,9	4,3	3,2	3,3	3,5
COMESA (membros da África Subariana)	22,4	29,8	28,9	26,2	25,0	26,7	28,1	3,2	3,1	3,1	2,7	2,2	2,5	2,8
CAO-5	22,7	31,1	30,9	30,0	31,7	32,1	31,9	4,6	4,7	4,4	3,9	3,6	3,5	3,5
CEDEAO	10,2	18,7	19,5	19,6	23,1	31,3	32,3	5,1	5,3	5,2	5,0	4,1	4,0	4,3
SACU	14,9	22,9	18,1	18,4	19,2	18,8	19,1	5,9	6,2	5,4	5,8	5,6	5,2	4,9
SADC	20,1	31,9	26,8	24,8	26,4	26,0	25,2	5,8	5,6	4,8	5,2	4,9	4,8	4,7

Ver fontes na página 21.